



ACADEMIA MILITAR

A implicação de fatores civis na tomada de decisão sob *stress* em Ambiente Urbano

Autor: Aspirante de Infantaria Daniel Cucu

Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria Renato Emanuel Carvalho Pessoa dos Santos

Coorientador: Major de Artilharia Carlos Filipe Montezo Casquinha

Mestrado Integrado em Ciências Militares, Especialidade de Infantaria

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2023



ACADEMIA MILITAR

A implicação de fatores civis na tomada de decisão sob *stress* em Ambiente Urbano

Autor: Aspirante de Infantaria Daniel Cucu

Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria Renato Emanuel Carvalho Pessoa dos Santos

Coorientador: Major de Artilharia Carlos Filipe Montezo Casquinha

Mestrado Integrado em Ciências Militares, Especialidade de Infantaria

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2023

EPÍGRAFE

*“The true soldier fights not because he hates what is in front of him, but because he
loves what is behind him”*

- G. K. Chesterton

DEDICATÓRIA

A todos que, por obra do destino, fizeram parte desta jornada

Aos meus pais, irmão e namorada.

Aos meus irmãos de Infantaria.

Um sincero obrigado.

AGRADECIMENTOS

A realização do presente Trabalho de Investigação Aplicada materializa o fim desta primeira jornada que abracei com orgulho no dia que ingressei na Academia Militar. Este percurso que escolhi, fez-me crescer, desenvolver e criar inesquecíveis amizades. Aqui, gostaria de agradecer especificamente a todos aqueles que fizeram parte deste caminho. Um enorme obrigado por darem lugar a memoráveis recordações.

Ao meu orientador, Tenente-Coronel de Infantaria Renato Emanuel Carvalho Pessoa dos Santos, militar exemplar e homem dedicado, que se mostrou disponível desde início para comigo, que acompanhou este percurso e que me ajudou a chegar a bom-porto.

Ao meu coorientador e amigo, Major de Artilharia, Carlos Filipe Montezo Casquinha, que mesmo antes de sonhar ser militar, sempre se mostrou disponível para ajudar e acompanhar. Um sincero obrigado por todo o apoio.

Aos meus pais, a quem devo tudo o que sou hoje. Ao homem que criaram e os sacrifícios que fizeram. A paciência, o amor, a disponibilidade que tiveram comigo jamais conseguirei saldar. Criaram o primeiro militar da família e prometo que serei motivo de vosso orgulho todos os dias. Um enorme obrigado.

Ao meu irmão, que, ainda bastante novo, perguntava onde estava o irmão, nos primeiros meses de Academia. Para mim, tentar sempre ser um exemplo para te guiar, foi das minhas maiores motivações. Obrigado pelo teu amor e carinho.

À minha namorada, que me aceitou com um amor incondicional quando lhe falava da ideia de ingressar na Academia Militar. Um enorme obrigado por, mesmo quando te falhava e estava ausente, nunca me deixaste sozinho. Todas as peripécias ao longo destes 5 anos de Academia, dão lugar a doces memórias que jamais esquecerei. Por todo o carinho, compaixão e apoio que me deste, terás a minha eterna gratidão.

A todo o corpo docente da Academia Militar, que me ajudou a crescer e contribuiu para a minha formação como pessoa e como militar. Especialmente à professora Sofia Menezes, que com grande generosidade e amabilidade, conectou-me com militares estrangeiros de outros países, o meu sincero obrigado.

Aos entrevistados, que contribuíram significativamente para o desenrolar do presente trabalho, mostrando-se prontamente disponíveis e acessíveis à partilha do seu conhecimento e experiências pessoais, a todos, o meu obrigado.

Por fim, e não menos importante, aos meus 17 irmãos de Infantaria, que tiveram um papel fundamental neste último ano. Sem vocês, não era a pessoa que sou hoje. Foi com vocês que aprendi que, no meio da adversidade, haverá sempre lugar para uma mão amiga. Ainda que sejamos todos diferentes, no momento da verdade sei que poderei contar com vocês. AD UNUM

RESUMO

Para o líder militar, a capacidade de inspirar e de dar resposta às solicitações táticas e operacionais é de extrema relevância. Como tal, a tomada de decisão está implícita no ato do comando militar, sendo essas decisões tomadas sob as mais diversas condições e situações.

Este estudo pretendeu analisar a implicação da presença de civis para os comandantes durante a condução de operações em ambiente urbano. De maneira a conseguir ter esta perceção, foram entrevistados militares, que já estiveram presentes em diversos teatros de operações por vários pontos do globo. Apesar da tipologia de operações realizadas por cada um desses elementos ter características próprias e únicas, existia um fator que se mantinha constante: o elemento civil. Como tal, foi explorado, com recurso a entrevistas semiestruturadas, o impacto que este elemento tem na condução das operações. Foi utilizado o software QSR Nvivo 11 para o tratamento dos dados, através de um método indutivo, de modo a delimitar categorias próprias que se alinham com os objetivos específicos do trabalho. Os resultados levam a afirmar que o treino desempenha um papel fundamental na aquisição de competências técnicas e táticas e desenvolvimento de características pessoais, no entanto, o treino praticado, nem sempre é o mais próximo do real. Através da recolha de dados, é possível afirmar que o treino com presença de civis serve como complemento para aumentar a proficiência técnica e tática dos militares.

Palavras-Chave: Tomada de Decisão, *Stress*, Combate em Ambiente Urbano, Civis.

ABSTRACT

For the military leader, the ability to inspire and respond to tactical and operational requests is extremely important. As such, decision-making is implicit in the act of military command, these decisions can be taken under the most diverse conditions and situations.

This study aimed to analyze what the implication of the presence of civilians is for commanders when conducting operations in an urban environment. In order to get this perception, military personnel were interviewed, who have already been present in several theaters of operations around the globe. Despite the type of operations carried out by each of these elements having their own unique characteristics, there was one factor that remained constant: The civilian element. Therefore, the impact of this element on the conduct of operations was explored through semi-structured interviews. The QSR Nvivo 11 software was used for data processing, through an abductive method, in order to delimit specific categories that are aligned with the specific objectives of the work. The results agree that training plays a fundamental role in the acquisition of technical and tactical skills and the development of personal characteristics, however, the training practiced is not always the closest to the real one. Through data collection, it is possible to state that simulated training serves as a complement to increase the technical and tactical proficiency of military personnel.

Keywords: Decision Making, Stress, Combat in Urban Environment, Civilians.

INDÍCE GERAL

EPÍGRAFE	i
DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO.....	v
ABSTRACT	vi
INDÍCE GERAL	vii
INDÍCE DE FIGURAS	ix
INDÍCE DE TABELAS	x
LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS	xi
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÔNIMOS.....	xii
INTRODUÇÃO	1
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	3
CAPÍTULO 1 – REVISÃO DA LITERATURA	3
1.1. Operações Militares em Ambiente Urbano	3
1.1.2. Introdução ao Combate em ambiente urbano.....	3
1.1.3. Características do Combate em Ambiente Urbano	4
1.1.4. Princípios do CAU.....	6
1.2. O <i>Stress</i>	7
1.2.1. Conceito.....	7
1.2.2. Tipos de Stress	9
1.2.3. Atuação do <i>stress</i> no comportamento.....	10
1.3. Tomada de Decisão	11
1.3.1. Conceito.....	11
1.3.2. Processo de tomada de decisão em contexto militar	12

1.3.3. Fatores de Influência na Tomada de Decisão	13
1.4. Implicações de Civis no Combate em Ambiente Urbano	15
1.4.1. A População civil	15
1.4.2. <i>Rules of Engagement</i> (ROE)	17
1.4.3. Gestão do <i>stress</i> em CAU.....	19
PARTE II – ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO E TRABALHO DE	
CAMPO	21
CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS	21
2.1. Tipo de abordagem e método científico	21
2.2. Modelo de análise.....	22
2.3. Seleção e Caracterização da Amostra	23
2.4. Métodos e técnicas de recolha de dados.....	24
2.5. Procedimentos na análise de dados	25
2.6. Instrumentos.....	26
2.6.1. Questionário Sociodemográfico	26
2.6.2 Guião de Entrevista Semiestruturada	26
CAPÍTULO 3 – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE	
RESULTADOS	27
3.1. Apresentação de resultados.....	27
3.2. Análise e discussão de resultados	39
CONCLUSÕES.....	43
Limitações e Recomendações Futuras	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45
APÊNDICES	I

INDÍCE DE FIGURAS

Figura 1 - Espectro Urbano	5
Figura 2 - Principios do CAU.....	6

INDÍCE DE TABELAS

Tabela 1 - Relação entre Objetivos Específicos e Perguntas Derivadas	22
Tabela 2 - Caracterização da amostra.....	23

LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICE A - Sistema Hierárquico de Categorias	I
APÊNDICE B - Declaração de Consentimento Informado.....	III
APÊNDICE C - Guião de entrevista semiestruturada	IV
APÊNDICE D - Questionário Sociodemográfico	IX

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

A

AM	Academia Militar
ATP	<i>Army Techniques Publication</i>
AU	Áreas Urbanas
AUT	Áustria

C

CAU	Combate em Áreas Urbanas
-----	--------------------------

D

DIH	Direito Internacional Humanitário
DSM	<i>Diagnostic and Statistic Manual</i>

E

EP	Exército português
----	--------------------

F

FA	Forças Armadas
----	----------------

I

IED	<i>Improvised Explosive Device</i>
ICD	<i>International Classification of Diseases</i>

N

NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
NMD	<i>National Missile Defence</i>
NOR	Noruega

O

OE	Objetivos Específicos
OG	Objetivo Geral

P

PA	Protocolo Adicional
PD	Pergunta Derivada
PDE	Publicação Doutrinária do Exército
PDM	Processo de Decisão Militar
POL	Polónia
PP	Pergunta de Partida

	PRT	Portugal
R		
	RFTIA	Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
	RCmds	Regimento de Comandos
	ROE	<i>Rules of Engagement</i>
	ROU	Roménia
S		
	SVK	Eslováquia
	SWE	Suécia
T		
	TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
	TO	Teatro de Operações
	TTP	Técnicas, Tácticas e Procedimentos
U		
	US	<i>United States</i>
	USA	<i>United States of America</i>

INTRODUÇÃO

Na atualidade, com o grande desenvolvimento das infraestruturas, o avanço tecnológico e o crescente aparecimento de diversas missões internacionais, o Combate em Ambiente Urbano (CAU) é um cenário inevitável nas operações militares. Ambiente Urbano é um conceito que nos remete para o pensamento de algo intrínseco: A população. Por sua vez, a população tem-se tornado alvo das principais preocupações dos comandantes, uma vez que os índices de natalidade e fluxos migratórios resultam na concentração populacional em centros urbanos. (Freitas, 2007) Esta componente, é exigente de compreender na sua totalidade, uma vez que o comportamento humano de determinada população é difícil de prever em operações militares. Esta tipologia de operações e os riscos associados, são exigentes fisicamente e psicologicamente para os líderes militares, principalmente para os comandantes que lidam diretamente com esta ‘dimensão humana’ no decorrer das operações e vêm-se obrigados a tomar decisões sob circunstâncias desafiantes e stressantes.

Os militares, por natureza, lidam, em contexto operacional com diversos estímulos, pressão temporal e situações de elevada perigosidade, considerando a sua profissão altamente stressante (Vilhena, 2005), obrigando a que as técnicas, táticas, procedimentos (TTP’s) e treinos se adequem em função das exigências operacionais. Por um lado, tem existido uma crescente preocupação das Forças Armadas (FA) com o estado psicológico dos militares e a maneira como lidam com o *stress* (Vilhena, 2005), por outro as ameaças no campo de batalha são cada vez menos lineares e obrigam um constante estado de alerta dos militares (Rodrigues, 2013). É, precisamente neste contexto que se enquadra a pertinência deste tema. Perceber, dentro do contexto do CAU, as implicações da presença de civis podem ter para desencadear o *stress* nos militares, e afetar a tomada de decisão e, por conseguinte, o sucesso da missão, como também atenuar este crescente impacto. Assim, este Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (RCFTIA) tem como finalidade responder à Pergunta de Partida (PP): **“Qual a implicação da presença de civis para os comandantes durante a condução de operações em ambiente urbano?”**, em que o objetivo geral (OG) é **“Qual a implicação da presença de civis para os comandantes militares durante a condução de operações em ambiente urbano”**. Por conseguinte, para conseguir dar resposta ao OG previamente estabelecido, foram delimitados os quatro objetivos específicos (OE):

1. Identificar quais as implicações que resultam na presença de civis, numa fase de planeamento, das operações em ambiente urbano;
2. Identificar quais as implicações que resultam na presença de civis, durante a condução, de operações em ambiente urbano;
3. Identificar qual a principal preocupação aquando da insurgência de civis no decorrer das operações;
4. Compreender se existe treino tático capaz de atenuar as implicações que a presença de civis traz durante a condução de operações em ambiente urbano.

Como tal, o presente RCFTIA está estruturado em três partes: A primeira, que permite uma compreensão da temática, passando por capítulos como a descrição do CAU, o *stress*, a tomada de decisão e como a população civil impactua nestes temas. A segunda, incidindo no trabalho de campo que foi proposto, uma recolha através do testemunho individual de militares que já participaram em missões internacionais para ser possível, compreender o real impacto deste espectro humano nas operações militares. É de referir que esta recolha de experiências através de entrevistas, foi feita a militares de nacionalidade portuguesa, americana, austríaca, norueguesa, polaca, romena, sueca e eslovaca, permitindo assim uma comparação, maior compreensão e entendimento do paradigma que cada parte propõe. Por fim, a terceira parte, incidindo na apresentação e análise dos resultados obtidos, em que se pretende entender o modo como os militares e os comandantes lidam com a componente humana das operações militares.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO 1 – REVISÃO DA LITERATURA

No capítulo seguinte serão abordados conceitos e definições considerados importantes no âmbito do trabalho de investigação aplicada. O propósito desta abordagem tem como objetivo um enquadramento conceptual, possibilitando uma melhor compreensão de toda a temática.

1.1. Operações Militares em Ambiente Urbano

1.1.2. Introdução ao Combate em ambiente urbano

Durante milénios, o movimento populacional tem tendido de áreas rurais para grandes centros urbanos. Essencialmente, para a população, é vantajoso pois esta beneficia das oportunidades de trabalho, serviços disponíveis e da grande industrialização (Jenset, et al., 2019). Segundo United Nations (2018), as cidades irão aparecer sempre onde o avanço tecnológico e o empreendedorismo possa vingar. Ora é natural que para tal acontecer, o ser humano estará sempre presente.

Para além do crescente movimento populacional para os grandes centros urbanos, prevê-se que o número de habitantes nas Áreas Urbanas (AU) seja ainda maior num futuro próximo *“In 1950, 30 per cent of world’s population was urban, and by 2050, 68 per cent of the world’s population is projected to be urban”* (United Nations, 2018, p.1).

As grandes cidades são, normalmente, associadas a centros urbanos altamente avançados e robustos, mas é necessário compreender que cada cidade possui características únicas, havendo exemplos de mais frágeis que têm dificuldades até em responder às necessidades básicas como a água (Grau & Kipp, 1999). Independentemente das características intrínsecas de cada cidade, é importante salientar que é nas cidades que se fazem iterações formais e informais e a disputa dos grupos transnacionais por poder e influência (Jensen, et al., 2019).

As operações militares, em AU, são normalmente associadas a consequências que afetam uma economia, um sistema político ou a estabilidade de uma nação. Por outro lado, podem ter impactos locais e mais específicos. De qualquer modo, os impactos políticos e

sociológicos são transversais, o que coloca um enorme peso, decisivo, em cima dos comandantes militares, quer sejam associados às *Rules of Engagement*¹ (ROE), quer sejam normas morais (Grau & Kipp, 1999).

As AU estão classificadas tendo em conta a sua dimensão e densidade populacional. Com a crescente presença de militares em AU, o grau de complexidade das operações não assenta apenas na dimensão da AU, mas também, em características populacionais como tradições e costumes e ainda em outros fatores indicadores, como o esquema de construção e matérias-primas na construção dos edifícios. As operações são ainda descritas como altamente destrutivas para com centros urbanos e exigentes a nível de recursos humanos e materiais. No que diz respeito às baixas, constitui-se de elevado risco tanto para forças inimigas como amigas (Exército Português [EP], 2011)

A doutrina da *North Atlantic Treaty Organization* (NATO) define o Combate em Ambiente Urbano (CAU) por todas as operações que são planeadas e conduzidas num complexo topográfico em que o seu terreno natural é caracterizado por construções feitas pelo Homem, bem como elevada densidade populacional (North Atlantic Treaty Organization [NATO], 2017).

1.1.3. Características do Combate em Ambiente Urbano

O ambiente urbano, segundo a NATO (2017), pode ser caracterizado por três grandes constituintes, sendo estes o terreno físico, a população, e as infraestruturas.

Primeiramente, o terreno físico, subdivide-se por características naturais e por características de natureza humana. A NATO (2017), refere que o terreno físico ramifica-se ainda em oito tipologias diferentes, sendo estas: O Centro Histórico; Centro de Negócios, Área Industrial Densa; Área Industrial Ligeira; Zona Residencial Densa; Zona Residencial Ligeira; Área de Favela e Área Subterrânea. Estas tipologias específicas do terreno físico são alvo de análise e estudo específico para o entendimento de qualquer missão que possa ter implicações diretas nesse espectro.

¹ São um conjunto de normas e regras que regulam a condução das operações militares, pela permissão ou limitação de meios ou ações (Fernandes, 2005).

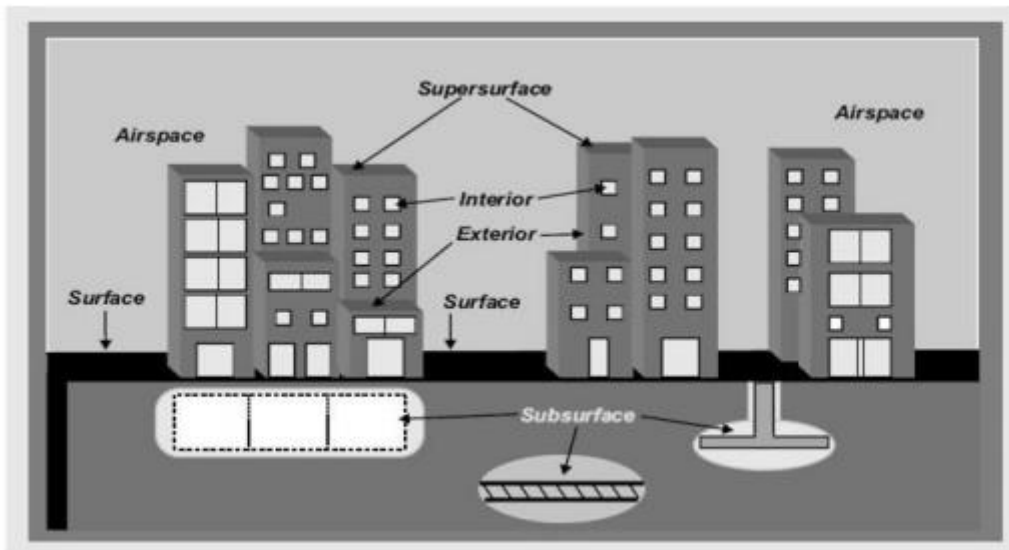


Figura 1 - Espectro Urbano

Fonte: NATO, (2017)

As infraestruturas são caracterizadas como construções feitas pelo homem que surgem com o intuito de suportar e dar condições básicas à vida da população que lá reside. As infraestruturas são a ponte de ligação entre o terreno físico e a população, podendo ainda ser categorizadas por utilidade, transporte, indústria e instalações públicas. (NATO, 2017).

Por sua vez, a população, um elemento que ganha extrema relevância, não só pelo crescente aumento no número de civis, mas também, pelas características dinâmicas que surgem nestas áreas devido à presença de população, acaba por ser extremamente afetada por conflitos nas AU (NATO, 2017). Muhammedally (2022), refere que as consequências humanitárias que caracterizam o CAU, estendem-se pela perda de bens pessoais, deslocamento, separação familiar, trauma psicológico e destruição de construções feitas pelo Homem, podendo ainda ser caracterizadas por serem dispendiosas no que diz respeito a gastos materiais e recursos humanos (United States [US] Army, 2022).

É possível afirmar que, as operações urbanas e o combate que nelas se executa, estão materializadas por cenários multidimensionais e combinam operações ofensivas, defensivas e operações de estabilização (US Army, 2022). Destacando ainda condições que são sempre caracterizadas pela elevada intensidade, resultantes dum contexto complexo e dinâmico contra um inimigo determinado, é também possível afirmar que o CAU é a operação mais stressante, havendo um elevado risco de baixas tanto para forças amigas como para as forças

opositoras, bem como danos colaterais e que o comandante deverá evitar ao máximo (PDE 3-07-14, 2011).

Paralelamente a este cenário, os meios e os métodos de atuar nas grande AU, para as forças convencionais, estão também limitados, no contexto legal, estratégico e político, nivelando efetivamente o paradigma entre as FA e os grupos armados. (Konaev, 2019).

Por fim, Campbell et al. (2010), sugerem ainda que o CAU realça, nos militares, as características morais e éticas, bem como a disciplina individual dos homens e que, atributos como a capacidade de lidar com *stress* e a proficiência técnica e tática, são os mais valorizados pelos subordinados neste ambiente.

1.1.4. Princípios do CAU

Os princípios das operações defensivas são coincidentes com os das operações ofensivas e com as operações em CAU, sendo estas operações caracterizadas na sua plenitude, segundo a doutrina portuguesa na PDE 3-07-14 por quatro princípios: Planeamento Simples, Controlo, Ímpeto e Apoio de Fogos (figura 2).

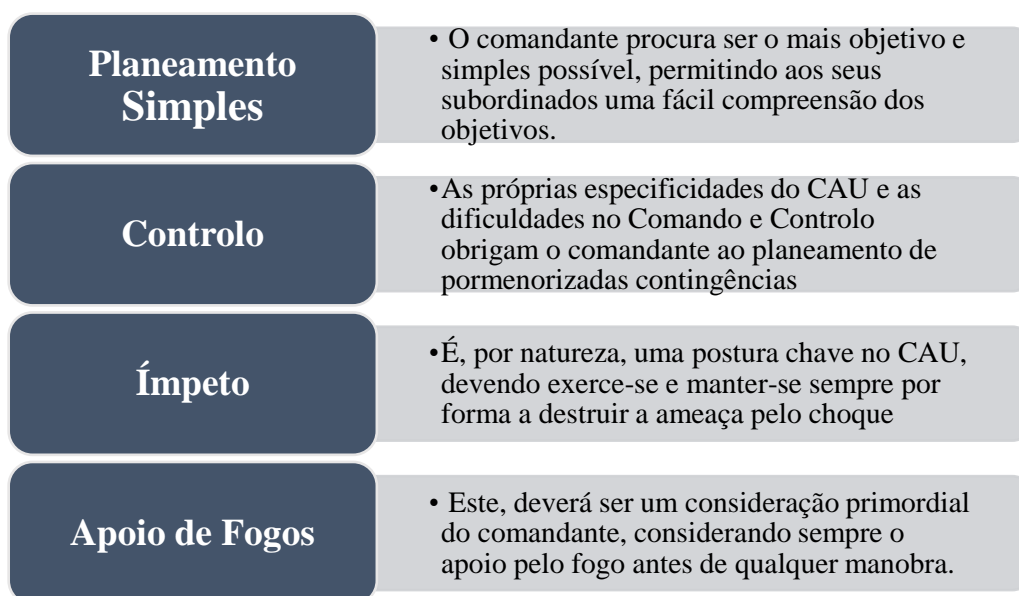


Figura 2 - Princípios do CAU

Fonte: Adaptado de PDE 3-07-14

No entanto, em relação à doutrina da NATO, presente no ATP-99, os princípios do CAU são os seguintes:

1. A *Abordagem Sistemática*, que definida pela USECT, assenta no *Understand, Shape, Engage, Consolidate, Transition* que de um modo genérico passa pelas fases processuais das operações em CAU;
2. A *Integração* (meios), que assenta na combinação de meios letais e não letais por parte de forças conjuntas por forma a alcançar o objetivo;
3. A *Flexibilidade*, que face às complexidades e a dinâmica da AU, a força deve estar preparada para rápidas transições;
4. O *Controlo*, compreendido pela necessidade de isolar os objetivos e a AU, por modo a que seja possível controlar “o fluxo de pessoas, meios, materiais e informações que podem apoiar o inimigo” (Monteiro, 2022, p.7);
5. A *Proteção*, que é uma extensão do princípio do controlo, assenta na tentativa de criação de um ambiente seguro para operar, mas também iterações seguras com a população;
6. A *Integração* (entidades), relaciona-se com a necessidade de manter também iterações com entidades municipais, forças e organizações locais com o intuito de cooperar em possíveis operações conjuntas. Também a necessidade de influenciar as perceções da população circundante através de esforços estratégicos de comunicação (NATO, 2017).

É possível analisar que os princípios do CAU reiterados no ATP-99 e demais doutrina, enfatizam todas as iterações que o militar, comandante ou não, tem de realizar no espectro das operações urbanas. Como tal, torna-se relevante perceber, para além das considerações de ordem tática referenciadas nos manuais doutrinários, as implicações comportamentais e psicológicas que estas têm nos militares.

1.2. O Stress

1.2.1. Conceito

Como abordado nos subcapítulos anteriores, o CAU é frequentemente associado a estados de *stress* dos militares em combate e descrito como um ambiente hostil e stressante (US Army, 2022). Nesse sentido, é necessário enquadrar o conceito, os tipos e a influência que o *stress* tem no comportamento do militar.

A palavra *stress* vem do latim *stringere*, significando “algo tenso” (e.g.. Rivolier, 1989; Batista, 2008). Palavra essa que foi largamente utilizada na sociedade inglesa, no século XVII, e que exprimia uma pressão e um estado de sofrimento (Lafraxo, 2021). Mais tarde,

segundo Fink (2010), Claude Bernard, no século XVIII, foi o primeiro a referir-se formalmente ao *stress* como uma força ou pressão que incide sobre um órgão corporal.

Contudo, a primeira definição do conceito *stress* surge em 1936, definido por Hans Selye, como um estado associado a uma síndrome geral de adaptação, que posteriormente fora cunhado pelo mesmo autor em 1946 definido um conjunto de respostas do organismo humano que se encontra sob condições extremas e que afetam as suas faculdades reguladoras de equilíbrio (Selye, 1946).

Assim, o conceito expande-se por ser caracterizado por um estado de desequilíbrio funcional originado por situações desafiantes, ou que, de algum modo, exige recursos psicobiológicos para lidar com determinado evento, ou seja, é uma resposta biológica que tem como intuito a sobrevivência à ameaça, podendo ser real ou imaginária (Lipp & Lipp, 2019). Noutra linha de pensamento, Sinek (2022) defende ainda que o *stress* não é só causado pela exigência da tarefa, mas sim essencialmente pelo grau de controlo que é sentido em determinada situação, ou seja, quanto menos controlo, mais *stress*.

Segundo o *International Classification of Diseases* (ICD-11), o *stress* está diretamente relacionado com a exposição a um evento traumático ou *stressante* ou a uma série de eventos ou experiências adversas. Também o *Diagnostic and Statistic Manual of Mental Disorders* (DSM-V) refere-se ao *stress* como uma condição que provoca o desequilíbrio homeostático, quer por fatores físicos ou não físicos. É importante salientar que, em ambas as fontes, destaca-se a presença dos denominados *stressores*. Estes, são vistos como qualquer acontecimento de natureza externa ou interna que fazem o corpo humano responder fisicamente ou psicologicamente ao acontecimento. (Sohail & Rehman, 2015). Os mesmos autores, defendem ainda a existência de três tipos de *stressores*. Primeiramente os *stressores* calamitosos, estes estão normalmente associados a grandes acontecimentos sociais que, segundo os autores, afetam um grande conjunto de pessoas, como é o exemplo de uma catástrofe natural. Os *stressores* de grandes transições, estão associados a acontecimentos individuais e particulares de pessoa para pessoa, como é o exemplo de uma morte familiar. Por fim, os *stressores* de problemas diários que estão geralmente associados a um *stress* mais constante e originado por situações mais comuns, como é o exemplo da satisfação que um indivíduo tem no contexto laboral (Sohail & Rehman, 2015).

Para os militares, lidar com *stress* começa com a recruta, onde os “indivíduos estão, nesta fase, sujeitos a inúmeras exigências (factores de *stress* inerentes à vida militar) que são agravados com o *stress* decorrente do treino militar (...)” (Vilhena, 2005 p. 112), e também com o decorrer da carreira militar, pois são vários os momentos que são fisicamente e

psicologicamente exigentes, e como tal, existe também a necessidade de compreender e desenvolver, por parte dos líderes militares, a capacidades de lidar com o *stress* não só para quem comanda, mas também para os seus subordinados (Rodrigues, 2022). Ainda, para os militares, existem os *stressores* relacionados com a sua natureza operacional (Day, 2001). Nos Teatros de Operações (TO), os militares, independentemente da patente ou função, estão permanentemente sujeitos a ataques de forças inimigas, ou seja, o *stress* neste contexto é constante (Vilhena, 2015). Outros autores referem que a incapacidade de militares conseguirem lidar eficazmente com estes *stressores* pode levar a resultados negativos no campo psicossocial (e.g., Quick, et al., 1995). E o *stress*, por não se constituir uma matéria física palpável e não ser de direta perceção, por vezes torna-se difícil a interpretação ou compreensão (Salas, et al., 1996).

1.2.2. Tipos de Stress

Quando concebida a primeira definição de *stress*, Selye (1936) a mesma definia como havendo dois tipos de *stress*, sendo um deles positivo que se intitula eustress e outro que se considera negativo e não é prazeroso, que se intitula distress. Atualmente, outros autores defendem que o *stress* pode ser subdividido em três tipos diferentes, sendo estes o eustress, neustress e distress. (Seaward, 2018). A terceira variante de *stress* intitulada por neustress e que surgiu mais recentemente, enquadra-se como sendo um tipo de *stress* de estado neutro e que não estimula sensações nem positivas nem negativas (Siddiqui, 2021).

Categorizando o tipo de *stress* que é relevante para o presente trabalho de investigação, é necessário compreender que o *distress* é subdividido entre o *stress* crónico e o *stress* agudo (e.g., Siddiqui, 2021; Coman & Evans, 1991). Os mesmos autores caracterizam o *stress* agudo como sendo aquele que é mais intenso e é responsável por uma grande descarga de adrenalina e por sua vez um aumento da pressão cardíaca, ou seja, é uma resposta natural do corpo com vista à sobrevivência e a preservação da integridade humana. O *stress* agudo é também o mais intenso, porém desaparece mais rapidamente (Day, 2001). Por outro lado, o *stress* crónico é mais prolongado, dando quase uma sensação de permanência que é normalmente caracterizado por uma inquietação constante, resultante do persistente pensamento sobre uma matéria que causa desconforto ou outras circunstâncias como a fraca qualidade interpessoal (McEwen & Sapolsky 2006; Moderno, 2012).

Para Martins (2013), a resposta e a capacidade do militar lidar com o *stress* depende de três fatores, sendo estes:

1. Fatores Biológicos – Relacionam-se com as capacidades e aptidões individuais e também os atributos físicos;
2. Fatores Interpessoais – Associados à cultura, educação, experiência individual de cada um;
3. Fatores Intrapéssicos – Depende maioritariamente da personalidade individual.

Ainda, é importante salientar que não existem evidências de situações que sejam especificamente reconhecidas como indutoras de *stress*, mas sim que dependem da avaliação e capacidade de lidar com os stressores que levará, ou não, ao estado de *stress* (Serra, 2007). O mesmo autor realça que o processo de lidar com os stressores em si, depende maioritariamente de fatores como a experiências, crenças, valores e educação.

1.2.3. Atuação do *stress* no comportamento

Para conseguir compreender eficazmente quais são as alterações que o ser humano pode sofrer no estado de *stress*, é necessário delimitar que essas mudanças ocorrem em escalas diferentes dependendo do tipo de *stress*, como supramencionado, entre o *stress* agudo ou o *stress* crónico. Por um lado, o *stress* crónico poderá levar a alterações no comportamento humano como a evitação, falta de motivação, isolamento e esgotamento profissional, também designado por *burnout*² (Santos et al., 2018). Cury, et al., (2022) enaltecem ainda que estes sintomas de esgotamento levam à frustração, raiva, rigidez excessiva e inflexibilidade.

Já o *stress* agudo, é caracterizado como “*high levels of alertness and awareness*” (Huberman, 2022). Mudanças naturais do corpo em situações de *stress*, como a expansão das pupilas, que geralmente está associada a estados de *stress* agudo, provoca a visão em túnel e a perda da visão periférica. Em contrapartida, é possível, através dessa visão em túnel, denotar particulares pormenores que em estados de não *stress*, não seriam normalmente reparados (Huberman, 2022).

Outras mudanças corporais inconscientes passam pela aceleração do ritmo cardíaco e a transferência de combustível energético de órgãos menos solicitados para outros, em particular exemplo, de grupos como o de órgãos reprodutores e digestivos para grandes grupos musculares. Este tipo de mudanças constitui-se uma com uma resposta natural do corpo para preparar o ser humano ao movimento (Huberman, 2022).

² “estado de exaustão ou frustração resultante da dedicação a uma causa, modo de vida ou relação que não teve o resultado esperado” (Mata et al., 2016 p.179).

Associado à tomada de decisão, esta será sempre diretamente influenciada pelo estado emocional da pessoa (Casquinha, 2021). Ainda, Rosinha et al. (2017) aludem que a preocupação com a segurança dos seus Militares sobrepõe-se sobre ao objetivo de missão.

Entre muitos estudos, como o de Starcke, et al., (2008), mencionam que o *stress* tem efeito direto nas ações que podem ser solicitadas durante esses períodos. Os efeitos são, na grande maioria das vezes deteriorantes e refletem-se como um entrave do normal processo humano (Olsen, 2010), ainda as decisões feitas nessas circunstâncias, tendem a ser mais irracionais, apressadas e não são consideradas todas as opções disponíveis (Gok & Atsan, 2016).

1.3. Tomada de Decisão

1.3.1. Conceito

O conceito de tomada de decisão deriva de duas fontes da ciência: Económica e Psicológica. Na década de 50, o psicólogo Egon Brunswick e o economista Herbert A. Simon publicam artigos separados que se prendem com este tema e enaltecem matérias como tomada de decisão qualitativa e a precisão empírica (Johansen & O'Brien, 2015).

A tomada de decisão pode ser considerada o processo cognitivo mais vital que o ser humano realiza no seu dia-a-dia. (Gamble, et al., 2018). Para Saaty (2008), tudo aquilo que o um indivíduo, inconscientemente ou conscientemente faz, leva a uma decisão, descrevendo assim o ser humano como um decisor natural. Essas mesmas decisões podem ser tomadas em diferentes circunstâncias e situações (Casquinha, 2021).

Estas decisões, segundo Simon (1997), são distinguidas por dois tipos: As decisões programadas/padronizadas e as decisões não programadas/incomuns. As primeiras, ou seja, as decisões programadas, são aquelas que resultam da repetição e da rotina. São as decisões que, sendo feitas com muita recorrência, contribuem para a experiência individual e não exigem muito esforço cognitivo para serem tomadas. São também aquelas que são facilmente padronizadas dentro de uma organização e facilitam assim a tomada da mesma (Simon, 1977). Já as decisões não programadas, são todas as que resultam de um juízo, de um raciocínio e de uma maior reflexão. As decisões não programadas, são tomadas face a dilemas que o ser humano não está habituado a lidar (Freitas, et al., 2017). É importante salientar que as decisões não programadas são as que dependem mais de variáveis como a intuição, juízo pessoal e criatividade (Simon, 1977).

No contexto das FA, a tomada de decisão constitui-se como um elemento essencial ao comando (PDE 5-00, 2007), sendo assim inevitável a tomada de decisão, quer seja num contexto mais formal ou informal. Também para Santos (2018), o militar estará sempre pré-designado à tomada de decisão no seu nível, decisões essas que terão sempre implicações materiais e pessoais.

1.3.2. Processo de tomada de decisão em contexto militar

Como compreendido, é inevitável o ato humano de decidir. Este, estará sempre enquadrado dentro de um processo vital, que pode ser definido como “sendo a capacidade cognitiva para analisar, categorizar, realizar julgamentos probabilísticos, construir alternativas e decidir” (Salazar & Gómez, 2011, citado por Almeida, et al., 2018, p. 172).

No seio das forças FA, os seus elementos poderão seguir um sistema padronizado de tomada de decisão, também conhecido por Processo de Decisão Militar (PDM). Este, constitui-se como uma ferramenta formal de resolução de problemas táticos (Burwell, 2001). Shortland, et al. (2020) referem que, quando esta ferramenta seguida corretamente, deverá levar a uma ou mais respostas. A lacuna, inerente ao PDM, para Matthews (2013), prende-se com a não representatividade adequada da forma como as decisões são tomadas pelos seres humanos em ambientes militares. Segundo Casquinha (2021), a decisão militar, será sempre difícil de padronizar, pois a resposta emocional nunca será possível de prever na sua totalidade. Também Castilla (2020) descreve este processo como aquele que à medida que detalha e limita exatamente o que se pretende de cada missão, sobra pouca liberdade imaginativa e intuitiva aos comandantes face às flutuações do combate. Salva ainda referir, que em contextos militares reais, não há uma verdadeira perceção do quão correta ou não é a decisão (Shortland, et al., 2019). Klein (1989), defende ideias convexas, na medida em que afirma que decisores experientes não procuram a melhor opção, mas sim aquela que melhor se adequa ao cenário, ou seja, a opção mais satisfatória.

Ainda que a tomada de decisão seja dificilmente padronizada, ela mantém uma característica intrínseca no ato do comando militar, esta será sempre hierarquizada. Para isso, Saaty (2008) propõe um modelo de processo analítico de tomada de decisão em hierarquia que já foi implementado no contexto militar em situações como na admissão, promoção e contratação de militares bem como no processo de decisão a respeito de projetos nacionais e construção do *National Missile Defence* (Saaty, 2008).

Nesse mesmo processo, Saaty (2008), propõe que, para gerar prioridades, a tomada de decisão deverá ser dividida em quatro fases. Numa primeira fase, definir o problema e o tipo de conhecimento que se tem sobre o mesmo. De seguida, o decisor deverá estruturar e hierarquizar, pelo topo, quais os objetivos da decisão e o que pretende atingir. O terceiro passo assenta na comparação dos elementos e dos objetivos para gerar prioridades em cada decisão. Por fim, no último passo, as prioridades obtidas das comparações servem para balançar prioridades nos diferentes níveis (Saaty, 2008).

Segundo Kowalski e Vaught (2003), o processo de tomada de decisão envolve uma série de etapas, incluindo o reconhecimento do problema, gerar alternativas de ação, a listagem e hierarquizar das opções disponíveis, a seleção da melhor alternativa e, por fim, a implementação da ação escolhida. (Kowalski & Vaught, 2003). Para Jannis e Mann (1997) é notável que o *stress* tem implicações diretas em todo o processo de tomada de decisão, no entanto existem três fases particulares que estão mais suscetíveis a serem afetadas pelo *stress*. Essas três fases, são elencadas como sendo a recolha e juízo da informação, gerar opções e o juízo e escolha entre as diferentes opções (Raaijmakers, 1990).

É possível compreender as diversas abordagens que são feitas ao processo de tomada de decisão. O processo de tomada de decisão, na perspetiva analítica proposta por Saaty (2008), quer pelo PDM, implica formalmente o cumprimento de diversas etapas para uma decisão ótima. Como supramencionado, as flutuações de combate e as diversas variações na dinâmica do CAU envolve, na grande maioria das vezes, decisões não planeadas. Estas decisões instantâneas, segundo Freitas et al., (2017) dependem diretamente dos fatores pessoais, experiências e emoções, que estão intimamente ligadas à intuição.

1.3.3. Fatores de Influência na Tomada de Decisão

Primeiramente é necessário compreender que “existem diferenças individuais que afetam a decisão” (Casquinha, 2021, p.35). Com isto, o decisor está sempre sujeito a fatores externos, mas na verdade, fatores internos como as experiências, o à-vontade e as próprias perceções imediatas afetam variáveis que irão levar à decisão em si.

Para Johansen e O'Brien (2015), a decisão antes de ser tomada, depende de dois elementos. O primeiro elemento, no contexto antecedente à decisão, o *situational awareness*, permite ao decisor uma visão geral do problema e escolha de qual o percurso decisivo a tomar (Stubbings, et al., 2012). Este, para McDermott (2001), é considerado o pilar central na tomada de decisão, e que para tal ser bem-sucedido, depende de variáveis como a

colocação do comandante no terreno. De seguida, fatores contextuais, estes que assentam nos valores, nível de experiência, educação, conhecimento e o *stress* (Johansen & O'Brien, 2015). O autor (Castilla 2015, p.83) salienta também que a tomada de decisão será sempre influenciada pelos sintomas causados pelo *stress*, podendo passar por “falta de atenção e concentração, pensamento rígido, nervosismo, ansiedade³”.

É possível compreender que existe uma relação entre o *stress* e a tomada de decisão, por um lado, muitas decisões são tomadas em ambientes *stressantes*, outras, por si só são fatores stressores (Starcke & Brand, 2012). Também as experiências e as vivências pessoais relacionadas com a tomada de decisão sob *stress* afetam positivamente decisões futuras à medida que o indivíduo desenvolve uma resposta adaptativa que acaba por ajudar a reduzir os impactos negativos induzidos pelo *stress* (Gamble, et al., 2018). Em concordância, Casquinha (2021), defende também que a experiência facilita a tomada de decisão no sentido em que permite uma melhor avaliação da situação.

Na grande maioria das vezes e no espectro geral da sociedade em que estamos inseridos, a maioria das decisões quotidianas são facilmente revertidas, porém, no contexto militar, o comandante está submetido a várias situações que as suas decisões têm implicações diretas e instantâneas em vidas humanas. É crítico e necessário compreender esta perspetiva, e que situações como estas, são inúmeras e irreversíveis num cenário de guerra. “(...) outras decisões, como disparar para outro ser humano, não podem ser revertidas. Se esperássemos para disparar, poderíamos mudar de ideias no futuro, enquanto se decidíssemos puxar o gatilho e disparar sob a silhueta, não havia nada a fazer” (Willink & Babin, 2019, p. 297). Esta abordagem torna-se relevante uma vez que as decisões podem levar a alterações e implicações no campo ético e legal, uma vez que as decisões militares em contexto operacional podem ter impactos diretos em vidas humanas e por conseguinte, transtornos psicológicos nos militares.

Janis e Mann (1997) referem que as decisões sob *stress* dependem de variáveis como o risco de perda, alternativas disponíveis e o tempo disponível para decidir. Complementando ainda, a decisão durante períodos de *stress* está fortemente relacionada com a capacidade restrita de o ser humano gerar alternativas aos problemas em comparação com cenários de condições normais (Gok & Atsan, 2016).

³ “É definida com estado de humor desconfortável, apreensão negativa em relação ao futuro, inquietação interna desagradável” (Dalgalarondo, 2008 p.166).

Independentemente de haver semelhanças no que diz respeito a experiências ou treino que possa ser realizado, o decisor ver-se-á sempre obrigado a lidar primeiramente com fatores internos e só depois com fatores externos (Casquinha, 2021).

1.4. Implicações de Civis no Combate em Ambiente Urbano

1.4.1. A População civil

É importante compreender, no presente subcapítulo, a diferenciação dos combatentes e dos não combatentes, uma vez que a população civil pode rapidamente confundir-se com inimigo, fruto das complexidades e dimensões das AU. Vicente (2013) salienta que a “distinção de alvos torna-se cada vez mais importante com a mudança dos espaços de batalha para ambientes urbanos, onde os adversários aderem cada vez menos às convenções da Guerra”. (p.205) Também Freitas (2007) afirma que os grupos armados e as forças opositoras, irão propositadamente tentar induzir em erro os militares, uma vez que elas próprias reconhecem a dificuldade de distinguir os não-combatentes de forças opositoras.

De acordo com o art.º 43º do Protocolo Adicional (PA) I, os membros das FA, estando numa parte do conflito, são considerados combatentes, ou seja, têm direito de participar nas hostilidades. Também importa ressaltar que “(...) não mais existe uma distinção entre forças regulares e irregulares, exércitos profissionais e milícias, voluntários e movimentos de resistência. Existe um único regime ligado à noção de forças armadas do qual qualquer membro, exceção feita ao pessoal sanitário e religioso, é um combatente” (Deyra, 2001 p.54). Já os não combatentes, são todos aqueles que não se enquadram na definição supramencionada, nomeadamente os que não participam nas hostilidades, somando também, de acordo com o art.º 50º do PA I, os que “não se encontram em condições de pegar em armamento, como é o caso dos feridos, doentes e náufragos.” (Bastos, 2013 p.15). Este princípio da distinção é considerado ainda como uma regra fundamental no art.º 48º do PA I, afirmando que as “partes no conflito devem sempre fazer a distinção entre população civil e combatentes” (p.32), ressaltando ainda no art.º 50 do PA I que aqueles que forem considerados combatentes e estejam inseridos no meio da população, não limitam a população da sua qualidade de não combatentes. É possível assim compreender que existe uma clara delimitação da qualidade de cada elemento no espaço físico aos olhos do Direito Internacional Humanitário (DIH), porém esta é uma tarefa que exige elevada compreensão situacional e capacidade decisiva por parte dos elementos militares.

A população civil por si só, tem gerado uma crescente preocupação por parte dos militares que operam em AU. Santos (2018) enaltece preocupações de militares como a necessidade de constante atenção para não ferir acidentalmente civis. Também Correia (2015) destaca que historicamente, o envolvimento de militares em mortes civis levou a transtornos no campo psicológico. Na obra proposta por (Creveld, 2004 p.28), este enfatiza que o próprio paradigma da guerra tem mudado, e que agora, esta é “travada contra organizações de um tipo novo, cujos membros são qualificados de bandidos, terroristas, guerrilheiros ou milicianos, que não representam nenhum Estado, não obedecem a nenhum Governo e se confundem a maior parte das vezes com as populações civis”. A própria questão relacionada com a dificuldade de distinguir os civis das ameaças é referida por Helmus e Glenn (2015), uma vez que a ameaça veste propositadamente roupa civil para confundir forças militares. Os grupos insurgentes operam no interior da população, e como tal, “(...) os combatentes estão misturados e confundem-se com a população que também a utilizam como escudo e, se necessário como moeda de troca e onde o estatuto de neutralidade e a distinção civil/militar não existe ou não é perceptível” (p. 303-304). Na atualidade, o paradigma mantém-se, como é o exemplo da guerra na Ucrânia, em que não existe mais uma disputa entre dois exércitos facilmente referenciáveis por fardamento e equipamento. Rainsford (2022), numa entrevista para a *BBC News* sublinha a presença de um ‘exército paralelo’ que se opõe as forças armadas russas e que é constituído por civis voluntários e que se equipam e operam com material improvisado.

A proteção de civis e direitos humanos é uma prioridade em missões internacionais portuguesas como a da República Centro Africana (Mouta et al., 2018). Neste TO, a população civil e trabalhadores de agências humanitárias são alvo de ataques em instalações de saúde e educação onde procuram abrigo por parte dos grupos armados. (Mouta et al., 2018 e United Nations, 2020). Também (Deus e Reis, 2018 p.54) enaltecem que “a população civil segue sendo a principal vítima de violações do DIH”.

É possível assim compreender que o espectro civil é altamente complexo de articular para os militares que operam nos TO, pois rapidamente se define por ameaça, como também necessita de ajuda militar e humanitária, tornando quase inexistente a distinção entre o que é ou não é ameaça (Creveld, 2004).

Informações relacionadas com a tipologia de AU, religião, costumes, economia local e número de civis nas ruas deverão ser consideradas pelo comandante (McDermott, 2001). Estas, para Fernandes (2013), definem-se por *cultural awareness*, e também outros autores salientam a importância desta mesma informação, evidenciando ainda fatores como a

origem, tribo, escolaridade, ocupação e fontes de poder e influência sobre a região (Muhammedalli, 2022). Este tipo de estudo prévio contribui significativamente para a percepção geral da ameaça não só para os militares, mas também o que a população vê como ameaça.

Complementando as ideias supramencionadas, (Helmus e Glenn, 2005 p.19) referem que “o elemento civil nas operações urbanas pode ser um fator de risco fundamental para o desenvolvimento de reações de *stress* agudo ou crônico”. Santos (2018) ressalva também a relação que a presença de civis tem com sintomas de *stress* agudo, uma vez que a população local poderá desencadear acontecimentos inesperados.

1.4.2. Rules of Engagement (ROE)

O autor Hayes (1989), defende que as ROE surgem para certificar que os comandantes militares conduzam as operações em concordância com os objetivos nacionais, políticos e normas legais. De acordo com a doutrina da NATO MC 362/1, as ROE, são definidas como “diretivas às forças militares que definem as circunstâncias, condições, grau e maneira em que a força, ou ações que possam ser consideradas interpretadas como provocativas, podem ser aplicadas” (p.1). Estas normas deveriam ser fáceis de aplicar contra forças regulares, no entanto, num cenário complexo e altamente volátil, existem várias nuances que tornam mais complexa esta tarefa. McDermott (2001) refere que os desafios em aplicar as ROE relacionam-se com a forma de interpretá-las corretamente e posteriormente decidir dentro dos limites aceitáveis.

As ROE, para os militares servem para limitar os “parâmetros dentro dos quais o Comandante tem liberdade de ação para cumprir a sua missão. Ou seja, as regras permitem regular a capacidade, de um Comandante, em influenciar o combate, quer pela concessão ou restrição do uso de certos sistemas de armas ou de táticas de combate” (Fernandes, 2005, p.28).

A transição entre a paz e o conflito, também normalmente conhecida como *jus ad bellum*, (Stahn, 2006), é limitada para os militares, pela Legítima Defesa, que está referida no art. 51º da Carta das Nações Unidas (CNU) e pelo uso da força sob mandato do Conselho de Segurança, que possibilita aos militares o uso da força sob determinada ameaça (Raposo, 2019). Uma vez estabelecido o conflito em si, existe também um conjunto de normas e princípios que devem ser seguidas para “limitar os efeitos negativos da guerra” (Raposo, 2019, p. 15), e entre as demais, encontra-se o princípio da distinção, que já fora abordado

anteriormente. É possível assim compreender que os militares devem seguir um conjunto de normas e operar dentro dos limites estabelecidos contra uma “ameaça não linear” (Rodrigues, 2013 p.309), o que origina situações de incerteza, provocando altos níveis de *stress* nos militares (Fee, 2010; Rodrigues, 2013).

Outros autores referenciam situações de difícil identificação do inimigo e gestão dos danos colaterais, “*uma vez que a ameaça facilmente compreende as nossas ROE, podendo misturar civis nas suas operações, impedindo a superioridade do nosso poder de fogo*” (Oliveira, 2020, p. 36). No contexto geral, a NATO (2017) enquadra estas ameaças como assimétricas. As ameaças assimétricas são facilmente exploráveis face às dinâmicas do AU e à população. São definidas como ameaças assimétricas aquelas que envolvem rapto, tortura, assassinio e uso de *improvised explosive device* (IED) como contrapartida da população local.

Outros exemplos de limitações legais e morais podem incluir o desenvolvimento de conhecimento das forças insurgentes, como a utilização de escolas para armazenamento de armas, informação e posicionamento de forças. Estas infraestruturas, segundo o Durhin (2016) têm importância a curto e a longo prazo, tendo-se registado um aumento da sua utilização por parte das forças inimigas. Assim, a criação destes cenários tem implicações não só morais, como legais, envolvendo ainda a dificuldade de aquisição de alvos, mas também, aos olhos da opinião pública através dos media, ataques a estas instalações constituem-se como atrocidades (Durhin, 2016). Etzioni (2014) relata que na guerra do Afeganistão grupos insurgentes utilizavam civis como escudos humanos, empregavam ambulâncias como carrinhas suicidas e armas antiaéreas em telhados de escolas.

Etzioni (2014) separa claramente o civil ‘abusivo’ e o civil inofensivo, na medida em que o civil abusivo poderá tirar partido da sua condição como civil para infligir danos a militares. São várias as evidências que Etzioni (2014) relata sobre circunstâncias, como a rendição de civis com vista a futuras emboscadas ou aqueles que não lutam diretamente contra as forças militares, mas ajudam, guiam e suportam as forças insurgentes, violando assim as regras e as normas morais da guerra.

McDermott (2001) realça ainda preocupações constantes que os militares atravessam, em que por um lado, estão limitados de agir pois não existe nítida ameaça, e por outro, civis são portadores de armamento. O mesmo autor elenca evidências como a linguagem corporal e a empunhadura do armamento, que podem e devem ser reconhecidas a fim de contribuir para uma mais rápida resposta por parte dos militares. Etzioni (2014)

refere que a dificuldade de distinguir civis dos insurgentes ou de forças não regulares provoca *stress* psicológico nos militares.

1.4.3. Gestão do *stress* em CAU.

Quando se verifica a presença do *stress*, este, segundo Espada (2009), deve ser gerido e não pretender negá-lo. Por sua vez, a tarefa de decidir racionalmente torna-se especialmente difícil no contexto do CAU, uma vez que, para além dos militares lidarem com as particulares características das AU, também lidam com stressores internos. As decisões, que por sua vez devem ser inevitavelmente tomadas (Serra, 2007), podem segundo Castilla (2020), ser feitas com recurso ao “uso do instinto ou intuição na tomada de decisão” devido “à falta de informação e tempo disponível e é mais útil no comando de batalha do que na preparação de batalha” (p. 84).

Para os militares, numa AU, a presença de civis e potenciais baixas têm impacto na capacidade de se conduzirem determinadas operações cirúrgicas. Estes impactos refletem-se diretamente no planeamento e na recolha de informação. Por sua vez, locais com elevada densidade populacional têm a capacidade de rapidamente mudar a dinâmica de um cenário, influenciando assim o ritmo operacional e liberdade de manobra (Bell, 2020). Klein (1989) refere a extrema importância de técnicas que permitam melhorar e apurar a experiência dos militares através de treinos, para que a recolha de informação essencial à tomada de decisão seja mais eficiente e assertiva.

É importante também compreender que qualquer dano colateral para com civis, tem implicações operacionais e estratégicas e que provocam efeitos na moral e na saúde mental dos militares, sobretudo nos comandantes (Bell, 2020). A NATO (2017) defende que os militares, nos diversos TO, se depararam com dilemas éticos que impliquem danos civis podem revelar sintomas psicológicos, podendo até mesmo ficarem limitados na sua resposta.

Clemente-Suárez e Robles-Pérez (2013) conduziram um estudo a militares espanhóis em que foram analisados vários índices físicos e cognitivos quando deparados com situações em que lhes é solicitada a decisão e raciocínio num percurso de treino de CAU. Nesse estudo, foi analisado o nível de *stress* e de capacidade de resposta por parte dos militares, onde reconheceram a grande carga psicológica que é exercida sobre os militares, derivado da necessidade de processamento de inúmeras incertezas, como portas, janelas e seteiras. No interior dos compartimentos existiam civis não armados, civis armados com faca e civis armados com arma de fogo. Os autores salientam que apesar dos movimentos serem feitos

com baixa velocidade, o ritmo cardíaco dos militares era elevado, devido à necessidade de processamento de inúmeros estímulos em curto espaço de tempo, provocando assim os militares a agirem em taxas de esforço abaixo da sua capacidade fisiológica. Demonstrando que elevados níveis de *stress* têm impactos negativos na performance dos militares. Foi também denotado, durante o período do exercício um aumento de força por parte dos militares, uma vez que todos os mecanismos de defesa humanos estavam despertos (Clemente-Suárez & Robles-Pérez, 2013). Gamble et al., (2018) referem que militares sob condições de elevado *stress*, em combate, mantêm a sua proficiência técnica e a capacidade de suprimir a ameaça, porém reduzem drasticamente a capacidade de diferenciar a ameaça de não-ameaça. No que concerne à tomada de decisão nestes cenários de elevado *stress*, Gamble et al., (2018) defendem que esta é feita de forma automatizada de acordo com o treino previamente realizado sob tais contextos.

Clemente-Suárez e Robles-Pérez (2013) fazem também referência ao efeito de visão em túnel, sintoma derivado do *stress* agudo, como supramencionado, e que esse, varia de militar para militar, de acordo com a sua experiência e vivências pessoais.

Gamble et al., (2018) e Clemente-Suárez e Robles-Pérez (2013) salvaguardam nos seus estudos a extrema importância dos treinos, não só de ordem técnica e tática, mas também treinos de fins psicológicos e de gestão de *stress*. Outros, realçam também a exploração de stressores operacionais, como privação de sono, pressão temporal e a tomada de decisão com falta de informação ou com existência ambígua da mesma, a fim de explorar o total do potencial decisivo, aproximando sempre a um contexto real (Blais, et al. 2017). Esta análise aos treinos também é evidenciada no estudo realizado por Casquinha (2021), uma vez que é referenciado como “um dos elementos essenciais para uma boa tomada de decisão” (p.25) e que devem ser o “mais próximo possível do real, que permitam exercitar adequadamente a adaptabilidade às contingências” (Fernandes, 2013 p.47). Os mesmos autores sugerem também, que os programas de gestão de *stress* já se mostraram eficazes para uma “consciência e mente funcional” em situações de *stress*.

Gerir e lidar com o *stress* em cenários complexos, depende da grande adaptabilidade que os militares devem ter (Rodrigues, 2015). O mesmo autor salienta que o militar, através da instrução e valores que a instituição transmite, este deverá “(...) estar preparado para através de indícios, conseguir aperceber-se e antecipar-se a várias situações que possam ocorrer” (Rodrigues, 2015 p.290). McDermott (2001) também evidencia que durante as operações militares, os comandantes vêm-se obrigados a recolher e processar indícios

comportamentais em curto espaço de tempo, também relacionado com o *situational awareness*, como anteriormente referido, o elemento antecedente às decisões.

PARTE II – ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO E TRABALHO DE CAMPO

CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS

No capítulo anterior foi realizado o enquadramento teórico com o intuito de um melhor entendimento da temática, como sugere Moisander e Valtonen (2006). Neste, é explicado o percurso metodológico adotado bem como todas as ferramentas utilizadas. Para Rosado (2017), as “metodologias enformam e aferem os métodos (p. 119), e como tal, os métodos utilizados neste TIA serão inicialmente abordados, como define Gil (2008), como um “conjunto de procedimentos intelectuais e técnicas adotadas para se atingir o conhecimento” (p.8).

2.1. Tipo de abordagem e método científico

O autor Freixo (2011), define que a metodologia é definida como “o conjunto dos métodos e das técnicas que guiam a elaboração do processo de investigação científica” e “descreve os métodos e as técnicas utilizadas no quadro dessa investigação” (p.280).

Para a conceção do presente TIA, o método de investigação utilizado foi o método indutivo, que se fundamenta na “(...) análises de dados e de resultados sobre um fenómeno particular com o intuito de alcançar a generalização teórica (...)” (Rosado, 2017, p.118). O mesmo método foi levado a cabo com o objetivo de analisar casos específicos pretendendo inferir conclusões gerais. Já Freitas (2013) refere-se a este método como aquele que tem em vista a observação de fenómenos para posteriormente perceber as causas. Essas observações, para (Santos, et al., 2016 p.20) devem ser feitas em larga escala e “desprovidas de considerações pessoais e de ideias preconcebidas, de modo a abarcar a realidade, tanto quanto possível, como ela é”. Este método, é delimitado por Ribeiro (2010) como aquele que parte da observação para a teoria e também aquela contribui para o empirismo, uma vez que Bowling (1998) também destaca a importância de observações em detrimento de afirmações teóricas.

Rosado (2017) afirma que a pesquisa pode ser qualitativa, quantitativa ou mista, mediante a natureza do problema sob o qual se debruça a investigação. A abordagem utilizada neste TIA foi qualitativa. Para Reinecke et al. (2016), esta deverá cumprir uma rigorosa metodologia bem como um contributo teórico e informativo sobre informação pertinente. Esta abordagem qualitativa sofreu uma grande expansão no mundo académico, uma vez que é utilizada para perceber, prever e explicar o comportamento humano no contexto social (Bailey et al., 2015). Esta, é ainda normalmente associada a estudos indutivos e descritivos, “constituindo-se o investigador como o elemento-chave para a sua consecução, na medida em que a interpretação dos fenómenos sociais e a atribuição dos respetivos significados é feita a partir de padrões encontrados nos dados, e não através da recolha de dados com o intuito de comprovar teorias ou verificar hipóteses” (Santos et al., 2016, p.29).

2.2. Modelo de análise

De modo a complementar a investigação e compreender o problema desta temática, bem como traçar o caminho da investigação, foi essencial a redação da PP (Quivy & Campenhoudt). Para Rosado (2017), a PP constitui-se “como um farol que orienta todo o estudo do investigador e que está obviamente perfilado com os objetivos gerais da investigação” (Rosado, 2017, p. 122). Assim, a PP originada foi “Qual a implicação da presença de civis para o comandante durante a condução de operações urbanas?”. Para conseguir dar resposta a esta PP, foi necessário originar Perguntas Derivadas (PD) de modo que permitisse o desencadeamento lógico, sempre alinhado com os OE.

Tabela 1 - Relação entre Objetivos Específicos e Perguntas Derivadas

Objetivos Específicos	Perguntas Derivadas
OE1: Identificar quais as implicações que resultam na presença de civis numa fase de planeamento das operações em ambiente urbano	PD1: Quais os tipos de considerações relativamente à presença de civis numa fase de planeamento para as operações urbanas?
OE2: Identificar quais as implicações que resultam na presença de civis durante a condução de operações em ambiente urbanas	PD2: Em que medida a operação é afetada quando realizada na presença de civis?
OE3: Identificar qual a principal preocupação aquando da insurgência de civis imprevista no decorrer da operação	PD3: Quais são os fatores que levam à preparação dos militares para dar resposta a insurgências imprevistas de civis?

OE4: Compreender se existe treino tático capaz de atenuar as implicações que a presença de civis traz durante a condução de operações urbanas	PD4: Existe algum tipo de treino que otimize a tomada de decisão considerando as características da esfera das operações urbanas?
--	--

Fonte: Elaboração própria

2.3. Seleção e Caracterização da Amostra

Para a metodologia adotada neste trabalho, a amostra torna-se particularmente importante, pois é através dela que é possível obter uma ampla perspectiva sobre a investigação. Como tal, a amostra foi cuidadosamente escolhida, uma vez que “(...) os sujeitos que a constituem não são escolhidos ao acaso: o investigador selecciona as unidades de amostragem a partir de critérios específicos.” (Aires, 2015 p.22). Para Noy (2008), no que alude à análise qualitativa, a seleção da amostra torna-se particularmente efetiva para analisar a dinâmica social entre aqueles que têm experiências semelhantes.

Como tal, no presente TIA, a amostra foi selecionada tendo em consideração o critério dos militares terem participado, em pelo menos, uma missão internacional. Após o contacto e o consentimento em participar no estudo, as entrevistas foram agendadas e realizadas utilizando a plataforma *Google Meet* e outras presencialmente, no RCmds. Deste modo, a amostra foi constituída por 19 militares, dos quais 9 do EP e os remanescentes de exércitos internacionais, sendo estes: um militar da Áustria (AUT), um militar Noruega (NOR), dois militares Polónia (POL), um militar da Roménia (ROU), dois militares da Eslováquia (SVK), um militar da Suécia (SWE) e dois militares dos Estados Unidos (USA). A amostra abrangia o sexo masculino e feminino, com idades compreendidas entre 27 e 57 (M=39,84, DP=8,33). Relativamente à classe dos mesmos, abarca a classe de praças (5,26%), sargentos (5,26%) e oficiais (89,47%). Estes militares foram caracterizados pelo número de missões internacionais realizadas, passando por uma missão (26,3%), duas missões (15,8%) e três ou mais (57,9%), em TO como a República Centro Africana, Uganda, Afeganistão, Iraque, Bósnia, Timor, Kosovo, Mali, África do Sul, Somália e Ucrânia.

Tabela 2 - Caracterização da amostra

Identificação entrevistado	Posto	País	Sexo	Nº de missões
E1	CAP	PRT	M	2

E2	COR	AUT	M	1
E3	CAP	ROU	M	1
E4	CAP	SWE	M	3+
E5	MAJ	USA	F	3+
E6	MAJ	POL	M	3+
E7	TCOR	NOR	M	3+
E8	MAJ	PRT	M	3+
E9	MAJ	PRT	M	3+
E10	MAJ	PRT	M	3+
E11	MAJ	SVK	M	3+
E12	MAJ	SVK	M	1
E13	CAB	PRT	M	2
E14	SAJ	PRT	M	3+
E15	TCOR	POL	M	3+
E16	TCOR	USA	M	3+
E17	TEN	PRT	M	1
E18	TEN	PRT	M	2
E19	TEN	PRT	M	1

Fonte: Elaboração própria

Os dados dos participantes acima explanados foram elencados de acordo com os procedimentos formais e éticos, sendo estes informados da utilização dos seus dados por forma a não serem identificados, de acordo com o seu consentimento informado (Apêndice B).

2.4. Métodos e técnicas de recolha de dados

Os métodos e “(...) as técnicas a serem utilizadas serão selecionadas, de acordo com o objetivo de pesquisa” (Andrade, 2009, p.32) e também os recursos disponíveis. Como tal, para conseguir garantir a relevância e viabilidade dos dados que se pretende obter, estes foram alinhados com os objetivos gerais do estudo.

Na fase inicial do trabalho, salientam-se palavras-chave como: Tomada de Decisão, *Stress*, Combate em Ambiente Urbano e Cívico, que foram vulgarmente utilizadas ao longo da pesquisa com o principal intuito de criar um fio condutor e interligando as ideias. No que diz respeito às fontes primárias, estas foram as publicações doutrinárias. Já as fontes secundárias aludem a livros, e-books, revistas científicas, dissertações de mestrado e doutoramento e artigos científicos recolhidos no Google *Scholar* e Repositórios Académicos.

Relativamente à fase empírica deste trabalho, a recolha de dados foi feita através de entrevistas, que são também “(...) reconhecida como técnica de qualidade para coleta de dados.” (Batista, et al., 2017). As entrevistas, de carácter focalizado⁴, foram realizadas com o objetivo de compreender, através da partilha de vivências, experiências e paradigmas pessoais sobre a temática em questão, uma vez que permitiu compreender perspetivas que não foram possíveis obter em fontes documentais.

Na presente pesquisa, optou-se pela utilização de entrevistas semiestruturadas, tendo em vista a possibilidade de conduzir as entrevistas de forma direcionada, mas com elevado grau de precisão, e que ao mesmo tempo foi possibilitado ao entrevistado expressar livremente as suas opiniões, dar explicações e incluir tópicos relevantes que poderiam ter sido negligenciados pelo entrevistador.

Para Merriam (1988) e Marshall e Rossman (1989), a recolha de dados e a análise dos mesmos deverá ser feita em simultâneo, e como tal, a análise dos dados das entrevistas foi feito paralelamente às entrevistas para permitir sustentar a compreensão das entrevistas enquanto complementa com informação documental pertinente.

2.5. Procedimentos na análise de dados

As entrevistas foram transcritas na íntegra e passaram por uma análise temática, um processo flexível que não depende de uma estrutura teórica, tornando-se adequado para pesquisas exploratórias e descritivas. Isso possibilitou a identificação, análise e descrição de padrões que foram categorizados para mostrar temas relevantes para a investigação. A organização das unidades de significado em categorias específicas estruturou-se com base na análise dos dados e em conceitos e fenômenos descritos na literatura sobre o tema. A árvore de categorias foi construída de forma contínua, adaptando-se aos dados que foram surgindo da análise realizada. Para Daly (2007), “a abdução destaca a maneira como a razão e a criatividade se juntam no processo de “inferência para a melhor explicação” que vai além da influência determinante de teorias herdadas e dados inexplicados.” (p.52), e como tal, a própria codificação das categorias foi feita objetivando a própria abdução, possibilitando assim afirmar que “este processo comparativo permitiu descrever indutivamente as suas experiências comuns” (Barbudo, 2013 p.19).

⁴ Quando é realizada evidenciado um tema específico, com o objetivo de explorar as experiências sob específicas condições (Minayo, 2007).

Esse processo dinâmico e interativo permitiu a criação de categorias que abordaram as questões e objetivos da pesquisa. Para facilitar a análise dos dados, utilizou-se o software *QSR NVivo 11* (Bazeley, 2007).

2.6. Instrumentos

2.6.1. Questionário Sociodemográfico

Os elementos entrevistados foram submetidos a um questionário sociodemográfico (APÊNDICE D), utilizando a plataforma on-line *Google forms*, por forma a recolher dados que permitam complementar e facilitar a interpretação de dados recolhidos durante as entrevistas. Deste modo, as questões incidem sobre dados sociodemográficos como (e.g., sexo, idade) e informações do âmbito militar (e.g., posto, número de missões internacionais realizadas e local dessas mesmas missões). Numa fase final do questionário, foi ainda questionado se os militares já experienciaram treinos e métodos que permitam lidar e gerir o *stress*, e aos que responderam positivamente, qual o tipo de treino que lhes foi ministrado. Como última questão, foi ainda interrogado, através de uma escala numérica de 0 a 5 quão importante consideram o treino, para os militares, de lidar com o *stress*.

2.6.2 Guião de Entrevista Semiestruturada

Como supramencionado, foi optado por utilizar as entrevistas semiestruturadas, e como tal, foi elaborado o respetivo guião. (Anexo C) O guião encontra-se estruturado em três blocos centrais que se encontram devidamente alinhados com os objetivos específicos da pesquisa. Estes blocos são: A presença de civis em CAU 1), as Dificuldades sentidas 2) e Preparação 3), ainda destes blocos centrais foram desenvolvidos outros subtemas que permitiram enquadrar e explorar temáticas que complementaram e sustentam os diferentes pontos de vista. Foi mantido em consideração ainda, o facto de dar liberdade aos entrevistados, de explorarem temas que, face à sua experiência, sejam relevantes.

CAPÍTULO 3 – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

3.1. Apresentação de resultados

Para o presente estudo, as respostas por parte dos inquiridos foram tratadas em quatro categorias principais, sendo estas a 1) Aquisição de componentes técnicas e táticas; 2) Descrição do Combate em Áreas Urbanas; 3) Estudo sobre a população; 4) Treino Operacional. As temáticas abordadas pelos entrevistados serão interligadas com os subtópicos e subcategorias supramencionadas. Como tal, os elementos entrevistados irão ser tratados por códigos do tipo Identificação de entrevistado, Posto, País e Número de missões realizadas, (E1, MAJ, PRT, 2) por forma que seja preservada a confidencialidade dos dados.

3.1.1 Aquisição de Competências Técnicas e Táticas

3.1.1.1 Efeito na tomada de decisão

Nesta subcategoria foi objetivado analisar as vantagens e as desvantagens na tomada de decisão, no âmbito da aquisição de competências técnicas e táticas. Verificaram-se ainda 27 referências, das quais 26 positivas e 1 negativa. Os 15 entrevistados que abordaram este tema, afirmam que o treino leva a uma direta aquisição de qualidades que, em situações em TO, saibam com precisão as ações a tomar.

“(…) para que quando eles estejam estressados, porque a guerra é muito estressante, seja mais uma resposta de memória muscular. É você tem essa referência interna. Eu pratiquei isto, sei como dar resposta (…)” (E5, MAJ, EUA, 3+)

“Eu preciso estar confortável e aceitar que meu corpo vai saber melhor do que meu cérebro em alguns momentos como reagir a uma situação.” (E16, TCOR, EUA, 3+)

“(…) fazemos de tiro real com as silhuetas a simular a ameaça, com as silhuetas que aparecem e desaparecem e umas vezes são ameaças, outras vezes não são. O pessoal tem de decidir entre entrar em compartimentos ou não (…)” (E8, MAJ, PRT, 3+)

“(…) E temos poucos segundos para decidir. Nós, quando aparece uma ameaça, ou o que seja, temos de estar muito bem treinados para você saber identificar primeiro e depois só quando confirma disparar. Ou seja, não é aparecer e disparar logo (…)” (E14, SAJ, PRT, 3+)

3.1.1.2 Meios tecnológicos

Nesta subcategoria foi pretendido analisar as vantagens e as desvantagens da utilização de meios tecnológicos no âmbito da aquisição de competências técnicas e táticas. Verificaram-se 15 referências, das quais todas positivas. Os 15 entrevistados que referiram este tema, aos que experienciaram este tipo de treino, referem que foi altamente vantajoso. Para os que não experienciaram, consideram que poderia ser um complemento positivo.

“Estamos a utilizar principalmente o Microsoft HoloLens com uma aplicação especial para criar cenários com hologramas e visualizar cenários que não são possíveis de realizar com material real, de modo que você tem a possibilidade de pegar num tanque T-72 e imaginar um ataque inimigo a um posto de controlo, explorando assim um ambiente virtual e dar aos participantes a possibilidade de terem essas imagens na sua mente, para que possam lidar com isso se acontecer realmente numa missão.” (E2, COR, AUT, 1)

“Eu acho que atualmente o ambiente de VR está muito bem desenvolvido. Portanto, isso poderia ser uma boa ferramenta, um bom complemento.” (E4, CPT, SWE, 3+)

“Por exemplo, os simuladores, vão fazê-lo sentir o mais próximo possível do real, seja através da realidade virtual, seja através de instrumentos, para lhe dar a experiência de como irá responder não só quando a operação se desenrola como planeado, mas quando algo corre mal.” (E16, TCOR, EUA, 3+)

“Eu acho que sim, tudo que sejam meios para melhorar o nosso treino e aproximar-nos de situações reais são bem-vindos. E às vezes, pequenas variações de sistemas conseguem fazer toda a diferença no treino.” (E18, TEN, PRT, 2)

3.1.1.3 Proficiência técnica e tática

Nesta subcategoria, foram analisados os aspetos positivos e negativos, no âmbito das vantagens e desvantagens da proficiência técnica e tática, no contexto da aquisição das competências técnicas e táticas. Nesta subcategoria, verificaram-se 33 evidências, das quais todas positivas. Foi relatado por 16 elementos que, o militar que pratica exaustivamente determinado cenário, desenvolve diretamente memória muscular e capacidade decisiva automática.

“Temos muitos cursos, muito treino e assim por diante. E todos esses soldados, todos os instrutores que nos preparavam, estavam vestidos com as roupas afegãs, tentando ter o mesmo comportamento que os afegãos e assim por diante. Assim, para estar muito, muito, muito próximo da realidade durante o treino, acho que é a única forma de o fazer, a melhor preparação para o soldado.” (E11, MAJ, SVK, 3+)

“Agora é hora de ser muito mais realista. Se a nossa expectativa é que na nossa área operacional vão estar civis, temos de começar com o treino de direito humanitário, regras de empenhamento, a sua aplicação em tais situações.” (E12, MAJ, SVK, 1)

“E por exemplo, em questões de carreira de tiro, o militar está a fazer fogo sobre alvos pontuais e de nada, sem ele contar, surgir um balão e que se considera que aquele balão é um civil. Nós temos o cuidado de treinar, porque quando fazemos o treino em carreira de tiro dinâmico, por exemplo, em equipe, colocamos dificuldades.” (E14, SAJ, PRT, 3+)

“Agora o importante é, no seio de uma força, por exemplo, de uma companhia, toda a gente tem de estar a executar da mesma maneira. E isso é fundamental.” (E17, TEN, PRT, 1)

3.1.1.4 Resolução de dilemas morais

Nesta subcategoria pretendeu-se validar a vantagem da resolução de dilemas morais no âmbito da aquisição de competências técnicas e táticas. Verificaram-se, dos 19 entrevistados, que 14 evidenciaram como positivo e nenhum negativo. Os entrevistados enfatizaram, ao longo de 29 referências, a importância de resolução de dilemas morais durante o treino, permitindo assim uma maior destreza mental e capacidade adaptativa, bem como o desenvolvimento de inteligência emocional.

“É realmente importante e é por isso que a formação dos nossos oficiais passa também pelo nível académico. Assim, o ponto de partida para qualquer conduta concreta no terreno está na sua mente” (E2, COR, AUT, 1)

“Penso que uma rotina diária, como ir falar com um psicólogo ou terapeuta, ajuda muito a gerir o stress acumulado durante um incidente. Pode-se falar sobre o que está a acontecer, sentir-se confuso e descobrir o que fazer para se sentir melhor” (E3, CPT, ROM, 1)

“Se os nossos soldados tiverem de escolher entre perder uma vida militar ou uma vida civil, uma vida militar será sempre a perdida, porque esse é o nosso trabalho. E essa é uma situação muito stressante” (E7, TCOR, NOR, 3+)

“Vou disparar ou não? Vou responder ao fogo? Isto deve estar muito claro para todos durante a formação *pré-deployment*. A partir desse momento, podemos construir e desenvolver. Durante o combate, não se trata de pensamentos. Trata-se muito mais dos treinos” (E11, MAJ, SVK, 3+)

3.1.1.5 Treino simulado

Pretendeu-se analisar, nesta categoria, as vantagens e as desvantagens do treino simulado no âmbito da aquisição de competências técnicas e táticas. Foram feitas 36 referências vantajosas e 1 referência desvantajosa. Os 18 entrevistados relatam que o treino com civis, para aqueles que puderem experienciar tais cenários, foi extremamente inovador e eficaz na condução do mesmo. Para aqueles que relataram o treino simulado, com militares disfarçados de civis, também afirmam ser altamente benéfico, ainda que os militares ‘civis’ possam enviesar o comportamento para o sucesso do treino.

“Nós fazemos isso o tempo todo e, nesses casos, quando algo acontece quando alguém dispara sob um civil ou o que for, simplesmente paramos o cenário e perguntamos, o que aconteceu? Porque disparou? Qual foi a razão? O que levou à decisão do soldado disparar sob um civil?” (E15, TCOR, POL, 3+)

“É uma ideia muito boa porque sim, se você espera isso nas suas operações, sim, com certeza, você tem de treinar o mais realista possível. Talvez não trazendo civis reais, mas talvez trazendo militares vestidos como civis para serem seus oponentes.” (E11, MAJ, SVK, 3+)

“Eles contrataram atores profissionais para esse tipo de treino. Foi realmente impressionante e acho que deveriam ser atores profissionais, porque eles agem como pessoas normais muito próximas à situação real e concordo que é uma ótima ideia contratar atores, civis, pessoas para tornar a situação mais real.” (E6, MAJ, POL, 3+)

“Treinar, por exemplo, em situações em limpeza de compartimentos, algo do género, e ter situações dessas? Sim, eu acho que é sempre importante a gente treinar sem saber o que é que vai acontecer.” (E13, CAB, PRT, 2)

3.1.2 Descrição do Combate em Áreas Urbanas

3.1.2.1 Contacto com Civis

3.1.2.1.1 Escudo de proteção

Neste subcapítulo, foi objetivado observar evidências por parte dos entrevistados, no contexto da descrição do CAU, fruto do contacto dos militares com os civis, momentos em que se tenha verificado a utilização de estudos humanos como proteção. Verificaram-se 13 referências sobre esta temática. A questão do escudo humano, segundo os 8 entrevistados, relaciona-se também com a limitada capacidade operativa dos militares, pois há civis nos seus setores.

“Alguns grupos armados e também insurgentes estão a usar infraestruturas civis como zonas fortificadas para planear as suas operações e para conduzir as suas operações.” (E2, COR, AUT, 1)

“(…) no Afeganistão, isso era, eu diria, mais um *modus operandi* dos insurgentes, que usavam intencionalmente as comunidades civis e lançavam o que se pode chamar de ataques de entre a população civil.” (E4, CPT, SWE, 3+)

“As mesquitas, caso do Afeganistão, podem ser usados para as zonas de reunião de grupos armados, ou de insurgentes. E sim, é uma forma deles usarem como escudo.” (E8, MAJ, PRT, 3+)

3.1.2.1.2 Factos sobre civis

Em relação aos factos sobre civis, uma vez verificado o contacto dos militares com elementos civis nas operações militares e no CAU, verificaram-se 31 evidências. Nesta subcategoria, os 16 entrevistados, debruçaram-se sobre estes factos, relatando comportamentos civis que foram tomados em consideração durante a condução das operações. A grande proximidade que os civis mantêm com os militares foi e a dificuldade de distinção entre combatentes e não combatentes foi transversal nas partilhas realizadas.

“(…) você dispara e mata aquela pessoa e aquela pessoa e sua decisão está errada, parecia certa quando você a fez, no entanto veio a entender mais tarde que foi errada, isso será imediatamente divulgado nos média. Isso será filmado por alguém com um telemóvel ou câmara ou qualquer outra coisa.” (E7, TCOR, NOR, 3+)

“(…) Então vou oferecer estes bens alimentares. Isto pode contribuir para o assédio. Porque aquilo para nós é um ato nobre, é um ato de bondade. Vou oferecer algo, que a criança é necessitada, ali não. Ali pode ser visto com segundas intenções, que eu estou a tentar chegar à criança para os aferir dela e poder assediá-la.” (E10, MAJ, PRT, 3+)

“No meu caso, falando sobre o Afeganistão, para além de eu não saber quem efetivamente era o insurgente, entrei numa cidade chamada Cabul, que tinha milhares e milhares de habitantes, e tudo ao longo da estrada, que vais ter que ter de dar atenção a todos estes indivíduos que estão na rua.” (E9, MAJ, PRT, 3+)

“Os grupos armados na República Centro Africana, eles têm esse conhecimento todo, eles sabem tudo, eles têm a noção, assim que saímos do campo de M’poko, lá em Bangui, por norma, não estou a referir-me tanto ao nível de movimentos diários, mas as projeções sempre foram para fora de Bangui. Nós quando saímos, os grupos armados já sabiam que nós saímos

e muitas vezes já sabem para que setor é que vamos. Eles conseguem ter esta informação.”
(E17, TEN, PRT, 1)

3.1.2.1.3 Fator alarmante

No que diz respeito aos militares considerarem civis como fator alarmante, no contexto do combate em ambiente urbano, foram elencadas várias preocupações por parte dos participantes. Dos 19 entrevistados, verificaram-se 34 evidências. Da totalidade, 15 entrevistados relataram que, o civil se constitui como um fator alarmante, fruto da sua imprevisibilidade comportamental e não conseguir distinguir com clareza as suas reais intenções.

“A preocupação constante, o treino nem sempre replica o real, obriga a um maior alerta sobre todos os pequenos indícios.” (E17, TEN, PRT, 1)

“Claro, porque há certas coisas que vão, mesmo a maneira de tratamento, no Afeganistão, a maneira como tratam as mulheres, não é a nossa cultura, é diferente. Não é um fator de *stress* excessivo, nós compreendemos que é a cultura deles, mas não é uma coisa que a nós... que fiquemos indiferentes.” (E14, SAJ, PRT, 3+)

“É inquietante e... por exemplo, na República Centro Africana existem 14 grupos armados autorizados.” (E9, MAJ, PRT, 3+)

“Há pequenas coisas. Pode ser um movimento súbito, uma ação súbita. Eu andei muito por Cabul sozinho e em parilha. E olhávamos sempre em nosso redor à procura de indícios que não eram normais.” (E7, TCOR, NOR, 3+)

3.1.2.1.4 Perceção da ameaça

No que diz respeito à perceção do que é a ameaça, fruto do contacto dos militares com a componente civil, no CAU, registaram-se 51 evidências por parte dos entrevistados. A grande dificuldade de distinguir a ameaça foi mencionada como uma das maiores dificuldades sentidas pelos entrevistados, sendo que dos 17 referem este facto. Também os insurgentes não possuem um claro fardamento que os permita diferenciar dos civis foi frequentemente abordado.

“Foi um dos maiores problemas para nós identificar o inimigo. A guerra assimétrica está relacionada com isso, pois o inimigo é muito difícil de identificar, não é como na guerra convencional em que podemos identificar facilmente pelas fardas, as nossas forças e as forças inimigas.” (E12, MAJ, POL, 1)

“Isso significa que se houver vários atores na sua área de operações ou área de missão, você tem de distinguir. E se você tem essa dificuldade em distinguir, nunca sabe se está a apontar para o inimigo. Este elemento é um civil local? Este civil é inimigo ou potencial inimigo? (...)” (E11, MAJ, SVK, 3+)

“Não podemos realmente reconhecer quem é o inimigo porque eles se parecem com pessoas comuns. As mulheres também usam material explosivo acoplados aos seus corpos e detonam-se a si mesmas junto de crianças e civis vulgares. A única diferença é que o Talibãs tem armas visíveis, enquanto civis normais não têm. No entanto, eles podem esconder explosivos nas suas roupas, até mesmo em roupas íntimas ou de crianças.” (E15, TCOR, POL, 3+)

“Não sabes efetivamente quem é que é ou não insurgente, portanto, por aí só, é logo um fator de *stress* tremendo para qualquer militar.” (E9, MAJ, PRT, 3+)

“A ameaça mistura-se com os civis e tu só sabes que é ameaça ou não quando te apontam uma arma. E isso sim cria mais necessidade de atenção, de concentração, de *stress* nos militares... também a questão dos civis armados é a mesma coisa. Podem estar armados, e não ver se estão armados. E no caso agora, da República Centro Africana, estar armados e não ser ameaça.” (E8, MAJ, PRT, 3+)

3.1.2.2 *Stress*

3.1.2.2.1 Dever moral

Foi objetivado no presente subcapítulo, compreender se o dever moral nos militares pode induzir em *stress*, fruto das tipicidades do combate em ambiente urbano. Foram verificadas 5 evidências dos 19 participantes. Nesta subcategoria, ainda que não tenha sido comumente abordada, 3 entrevistados referem que o dever moral e as decisões éticas, têm uma direta relação com o *stress* que surge nos militares.

“Eu não acredito que as pessoas façam um julgamento ético numa situação crítica como quando alguém está a fazer fogo sobre si.” (E2, COR, AUT, 1)

“Então, há muitas decisões éticas que precisam ser tomadas, se o militar tem de fazer fogo sabendo que há uma criança atrás do inimigo, isso pode causar muito *stress*.” (E7, TCOR, NOR, 3+)

“A grande necessidade de para além de gerir o *stress* pessoal, gerir também o *stress* dos nossos homens.” (E17, TEN, PRT, 1)

3.1.2.2.2 Situações indutoras de *stress*

Pretendeu-se verificar as situações que mais induzem os militares em *stress* no contexto do CAU. Foram verificadas 47 evidências dos 19 participantes. Nesta subcategoria, a totalidades dos participantes relatam que, em determinado momento, houve situações que levaram ao *stress*, fruto das complexidades e exigências do CAU.

“Em combate, é altamente intenso, com ameaça multidimensional, constante ansiedade e de elevada intensidade.” (E1, CAP, PRT, 2)

“E isso é muito, muito stressante e difícil, não apenas para os líderes, mas também para os soldados. Eles também têm de tomar decisões. As decisões têm um impacto direto em várias funções que atuam nesta área.” (E2, COR, AUT, 1)

“O ambiente urbano é a fase final de treino para todo soldado devido à sua complexidade. A linha de visão e os limitados campos de tiro torna difícil para os comandantes manter contato visual com suas tropas. O estabelecimento de um padrão de vida dentro do ambiente urbano também é desafiador, e entender o comportamento da população local pode ser difícil. Além disso, identificar indivíduos hostis num ambiente urbano repleto de pessoas e complexo pode ser muito desafiador para os soldados.” (E12, MAJ, SVK, 1)

“Eu diria que 50% do CAU é gerir emoções e o *stress*.” (E18, TEN, PRT, 2)

3.1.2.3 Tomada de decisão

3.1.2.3.1 Fatores de influência

3.1.2.3.1.1 Fatores Legais

No presente subcapítulo, foi pretendido analisar evidências que levaram limitações legais e conseqüentemente influenciaram a tomada de decisão dos militares no contexto das áreas urbanas e no CAU. Verificaram-se 55 referências nos 16 entrevistados que referiram estas limitações. Os fatores legais evidenciados pelos participantes, passam essencialmente, pelas limitações que as ROE colocam sobre os militares e afetam diretamente a sua capacidade decisiva.

“Cada sistema de armas, incluindo o apoio aéreo próximo, tem o potencial de causar danos à população civil quando usado para combater insurgentes. Isso ocorre porque os insurgentes nem sempre são facilmente identificáveis pelos soldados no campo. Portanto, qualquer ação tomada para combater os insurgentes pode inadvertidamente resultar em danos aos civis.” (E2, COR, AUT, 1)

“Mesmo depois da lei ser alterada, continuou a ser um grande desafio para os soldados, pois de acordo com as regras de empenhamento, não podiam usar suas armas preventivamente, o que representava um problema significativo.” (E6, MAJ, POL, 3+)

“Como soldado da ONU, vivi uma situação em que não nos era permitido responder ao fogo, mesmo quando alvo de tiros, a menos que um dos nossos membros fosse atingido. Só então nos era autorizado usar toda a força disponível para nos defendermos. Essa política foi muito stressante, pois não podíamos responder a uma ameaça imediata. Muitos dos meus colegas e camaradas experienciaram isso e acharam extremamente desafiador.” (E7, TCOR, NOR, 3+)

“Lembre-se de que o inimigo também é um ser humano como você, com pensamentos e crenças. Se você puder entender isso, pode antecipar as suas ações. Eles farão o que for preciso para alcançar a vitória. No entanto, como elementos militares, devemos ter cuidado para não causar danos colaterais e prejudicar civis inocentes que possam estar presentes na área.” (E11, MAJ, SVK, 3+)

3.1.2.3.1.2 Normas morais

Nesta subcategoria, pretendeu-se analisar as implicações que as normas morais têm, como fator de influência, no ato da tomada de decisão, no contexto das áreas urbanas e do CAU. Verificaram-se 27 referências no que concerne a esta temática. As normas morais que foram explanadas por 14 entrevistados, assentam essencialmente na preocupação dos militares não ferirem acidentalmente civis, e como tal, a sua capacidade decisiva no momento de agir, encontra-se limitada.

“O próprio objetivo das missões internacionais assenta na proteção de civis. Qualquer dano a civis tem impactos aos olhos do direito internacional e psicológico nos militares.” (CAP, PRT, M)

“Novamente, nós devemos seguir as regras de empenhamento e se alguém dispara contra nós, devemos ripostar. Isso é o que as regras estipulam. No entanto, em algumas situações, decisões éticas podem precisar ser tomadas para evitar danos colaterais.” (E2, COR, AUT, M)

“Cada limitação no campo de batalha cria *stress* tanto para comandantes como para os soldados, pois restringe nossa tomada de decisão e limita nossas opções de ação.” (E12, MAJ, POL, M)

3.1.2.3.2 O *stress* na tomada de decisão

Neste subcapítulo, foram elencadas as referências que, referiam o *stress* no ato da tomada de decisão no CAU. Foram referidas 23 evidências por 13 entrevistados. Os relatos por parte dos participantes passam por cenários em que o *stress* é algo intrínseco no momento da tomada de decisão, pois esta deve ser feita sob pressão temporal. Ainda relatos como que as decisões dão lugar a mais *stress*.

“E essas decisões acabam por ser stressantes, alvo de *stress* para os militares. Terem de enfrentar, e decidir, no meio de um cenário complexo, o que é plausível e o que não é.” (E8, MAJ, PRT, 3+)

“É necessário reduzir a o tempo de tomada de decisão. Assim, o processo de verificar se há algo que possa ter um impacto direto na população civil deve ser sempre considerado.” (E2, COR, AUT, 1).

“Isso seria baseado na intuição e num processo de tomada de decisão que teria sido muito, muito, muito curto.” (E4, CPT, SWE, 3+).

“O pessoal militar muitas vezes enfrenta algumas das decisões mais difíceis, pois são eles que estão no terreno e que devem tomar decisões em frações de segundos que podem potencialmente significar vida ou morte. Isso pode ser incrivelmente estressante, e uma vez que uma decisão é tomada, não pode ser desfeita. Portanto, é vital que as pessoas estejam mentalmente e emocionalmente preparadas para tais situações.” (E5, MAJ, USA, 3+)

3.1.3 Estudo sobre a População

No que concerne ao estudo referente à população, foram elencados temas como a cultura, religião, tradições e costumes. Como tal, a totalidade dos entrevistados, evidenciaram ao longo de 46 descrições sobre esta temática, que refere o estudo preparatório sobre a componente populacional no TO. Nesta categoria, foram ainda abarcadas todas as informações que são alvo de estudo sobre a população local. A totalidade dos entrevistados afirmaram que este estudo desempenha um papel fundamental no sucesso das missões.

“Queremos uma população *friendly* às nossas forças. E para isso, começa logo pelo respeito. E respeito dos nossos militares para não invadir e não desrespeitar os hábitos que são deles. E para isso, é preciso conhecer, é preciso saber, é preciso estudar.” (E10, MAJ, POR 3+)

“Os militares são brifados sobre gestos, cultura e religião. Por exemplo, existem cerca de 18 religiões diferentes no Iraque, existe a dificuldade de compreender todas para não entrar no incumprimento ou desrespeito sobre cada uma delas.” (E18, TEN, PRT, 2)

“Tivemos uma situação em que um dos soldados estava na entrada da base e ele viu que uma mulher estava à procura de algo no lixo. E um dos locais aproximou-se e começou a agredi-la. Esse nosso soldado interveio e defendeu a mulher. O problema foi que passadas algumas horas tínhamos toda a vila em frente à base descontente pela intervenção militar e veio-se a saber que era o marido da mulher.” (E15, TCOR, POL, 3+)

“Portanto, compreender o ambiente, compreender como funcionam socialmente determinada população, em diferentes perspectivas, porque isso também é muito importante. Não só o ambiente em que se está a operar, compreender as pessoas, compreender o terreno, compreender a cultura, compreender qualquer tipo de preconceito que possa existir, mas também compreender como eles existem no seu mundo.” (E5, MAJ, EUA, 3+)

3.1.4 Treino Operacional

3.1.4.1 Características interpessoais

Nesta categoria, foi pretendido analisar o modo como as características interpessoais podem levar a impactos positivos no treino operacional, e também evidências que salientem que o treino permite o desenvolvimento de tais competências. Dos 13 participantes que referiram este tema, verificaram-se 29 evidências, passando por momentos que foram solicitados valores e características como empatia, espírito de equipa e comunicação.

“A empatia é muito importante e eu tento encorajá-la na equipa. Quando eles encontram crianças, lembra-os dos seus próprios filhos e eles sentem uma conexão. Eles ajudam as crianças a sair do caminho do perigo e no final do dia, é um feito positivo. Eu acredito que não importa em que situação você esteja, se puder fazer o bem e ajudar as pessoas, é uma boa maneira de viver.” (E5, MAJ, USA, 3+)

“E a comunicação, eu entendo a importância da comunicação. Mas quando se comunica com a equipa ou com civis, é importante fazê-lo nos termos do outro, não nos seus. Isso significa dedicar tempo para aprender sobre sua cultura e estilo de comunicação para que possa transmitir efetivamente sua mensagem e entender suas necessidades.” (E7, TCOR, NOR, 3+)

“Conhecer os homens, conversar, compreender e saber a história de vida deles. Cria uma boa base de confiança e deixas de ser o comandante, mas sim o mentor daqueles homens. Sem dúvida que estão mais devotados à tarefa e sob situações de *stress* irão confiar mais no comandante.” (E18, TEN, PRT, 2)

3.1.4.2 Resiliência psicológica

Nesta subcategoria, pretendeu-se compreender como o treino operacional poderá levar a uma maior resiliência psicológica. Dos 10 entrevistados que se referiram a este tema, verificaram-se 27 evidências. Passando por relatos em que essa qualidade advém do treino, experiências e também casos práticos que permitam trabalhar a destreza decisiva e a resiliência mental, possibilitando, aos militares, sob condições de *stress*, manter o pensamento claro.

“Sim, claro, é preciso ter algum conhecimento académico para entender o que é o stress, quais são os fatores e o que se precisa fazer para geri-lo. Mas praticando, como os americanos têm os seus exercícios, você pode repetir ações vezes sem conta até que se tornem automáticas. Quando se pode executar ações automaticamente, os níveis de stress diminuem porque não se está a pensar exaustivamente. Em geral, acredito que praticar qualquer atividade pode ajudar a gerir o stress.” (E12, MAJ, SVK, 1)

“São necessários casos práticos, onde mulheres e crianças estão envolvidas, e todas as coisas que se podem encontrar na missão que se está a fazer. Por exemplo, ter de entrar em combate próximo e, de repente, sem aviso, uma criança atravessa a rua. Ter essas habilidades de tomada de decisão em situações como essa, é importante. É benéfico para o militar trabalhar nessas situações porque nem sempre se sente confiante nesse tipo de cenários.” (E7, TCOR, NOR, 3+)

“Acredito que a principal ferramenta para desenvolver a resiliência no treino de soldados e oficiais é expô-los a tantos cenários diferentes quanto possível durante um treino.” (E4, CPT, SWE, 3+)

3.1.4.3 Táticas e técnicas

Nesta subcategoria, foi analisado como as táticas e as técnicas podem impactuar no treino operacional. Como tal, verificaram-se 15 evidências feitas por 10 participantes. Os entrevistados referem-se a técnicas e táticas individualmente praticadas, que levem a desempenhos positivos no treino operacional. Destacam ainda exercícios práticos e o trabalho sob determinados pormenores que trabalhem a capacidade adaptativa.

“Prefiro fazê-lo com equipamento de combate, com armas de fogo, num ambiente de combate simulado, seja em ambiente urbano ou qualquer outro, onde os soldados estejam realmente no terreno, porque quero que tenham o conhecimento de que não é apenas num ambiente académico. Quero torná-lo o mais próximo e real possível do que experienciarão num ambiente de guerra.” (E5, MAJ, EUA, 3+)

“Eu acho que há certos pormenores técnicos que nós, com o treino, vamos automatizando e eles acabam por sair na passada. Depois aqui, depois de tecnicamente as coisas estarem assimiladas, temos de partir para a parte do ambiente e criar condicionantes e variantes.”
(E17, TEN, PRT, 1)

3.2. Análise e discussão de resultados

Os dados reunidos levam a afirmar que o espectro das operações urbanas e o terreno físico onde os militares operam é naturalmente constituído por elementos humanos e alterações que resultam do mesmo. O elemento civil, que é um elemento dinâmico, mantém suas rotinas e costumes em determinada área, e prevê-se que, em futuros teatros internacionais, o contacto com civis seja cada vez mais frequente (United Nations, 2018). Para a amostra utilizada, não apenas é evidente a presença do elemento civil, mas também da grande proximidade que este mantém com os elementos militares.

Tendo em conta que os civis estão frequentemente em estreita proximidade com os militares no TO, surgem situações em que é particularmente difícil distinguir quem constitui uma ameaça no meio de uma grande concentração populacional (Creveld, 2004). Os entrevistados concorrem com respostas semelhantes sobre esta temática, realçando esta clara dificuldade, evidenciando situações como ataques de grupos insurgentes em áreas densamente povoadas para dificultar a deteção da ameaça pelos militares

Por um lado, as decisões militares no TO, podem ser pré-programadas, uma vez que os militares já treinaram determinados procedimentos técnicos e táticos e têm um referencial para agir em determinadas situações. Por outro lado, com o decorrer das flutuações do combate, muitos cenários não foram treinados e são difíceis de simular em ambientes controlados, assim como a resolução de dilemas morais, o que resulta em decisões não programadas (Simon, 1997). Conforme o autor menciona, essas decisões exigem uma reflexão e raciocínio mais profundos, porém, em combate e ambientes complexos, o tempo para ponderação é reduzido ou inexistente, o que cria um conflito interno e deixa o militar altamente desconfortável, provocando assim o *stress* agudo. Para os entrevistados, a grande necessidade de dar resposta a situações sob pressão temporal e sem informação disponível é extremamente stressante. Também foram feitas referências sobre dilemas morais como cenários em que são utilizadas crianças e mulheres com bombas suicidas e situações que poderiam abrir fogo sob um aglomerado populacional onde estão presentes mais elementos civis além dos grupos insurgentes. Foi ainda referido que estas situações não só criam

conflitos internos durante o processo decisivo como também reflete impactos psicológicos a longo prazo na vida dos militares (Bell, 2020).

Uma das grandes preocupações dos militares é não ferir acidentalmente civis, causando assim danos colaterais durante as operações militares (Oliveira, 2020). É notável esta preocupação nos testemunhos das experiências partilhadas pelos entrevistados, afirmando até que é a maior preocupação de qualquer militar. Os próprios grupos armados e insurgentes acabam por compreender, com o passar do tempo, o *modus operandi* dos militares e exploram as suas limitações, principalmente as limitações legais (Durhin, 2016). Foi possível compreender pelas experiências partilhadas, que é claro o facto de que os militares têm a perceção deste conhecimento por parte da ameaça.

As ROE são limitadoras para as forças militares e não para a ameaça, e, como tal, foram várias as situações relatadas em que os grupos armados percebem essas limitações e exploram para o seu próprio benefício. Como exemplos, evidenciou-se o facto de que os militares estariam limitados de utilizar todo o armamento orgânico que tinham para dar resposta ao fogo inimigo, como também grandes aglomerados e motins civis que limitam os movimentos militares. Também relatos de que a ameaça utilizava infraestruturas escolares, hospitalares e de culto como zonas de reunião pois é do seu conhecimento que, numa primeira instância, as forças militares estão limitadas de entrar e operar lá, coincidindo com os estudos realizados por Durhin (2016).

Somando a esta clara dificuldade que os militares enfrentam, referiu-se que, contrariamente a uma guerra convencional, o facto de a ameaça não possuir um claro fardamento ou referência que os permita distinguir dos restantes elementos civis, a própria ameaça compreende e tem conhecimento desse facto. Foi testemunhado como um stressor, levando a um estado de *stress* crónico nos militares, o facto de estar constantemente alerta, permanentemente à procura de evidências que levem a identificação de riscos e ameaças, provocando assim, sobretudo, o cansaço psicológico, conforme afirma Moderno (2012). Respondendo à PD2: **“Em que medida a operação é afetada quando realizada na presença de civis?”** – O constante e próximo contato que os militares têm com elementos civis têm implicações resultantes das limitações legais e que levam a uma maior necessidade de juízo e ponderação sobre determinada matéria, bem como a falta de informação disponível.

Compreendendo assim que os militares estão constantemente afetados pelo elemento civil, a capacidade decisiva é afetada, não só porque o estado de *stress* provoca alterações fisiológicas e psicológicas no homem, mas também porque o peso da própria decisão pode

ter implicações noutras vidas humanas (Santos et al., 2018). Associado ainda ao curto espaço de tempo que os militares têm para fazer determinada decisão, as decisões são, muitas das vezes intuitivas e automatizadas. Essas, dependem, essencialmente, da experiência que os militares têm, das referências internas que possuem e de fatores internos como características pessoais.

Torna-se, especialmente nesta fase, importante referir que é de grande relevância salientar a necessidade de os militares estarem devidamente enquadrados sobre detalhes referentes à população onde irão operar. Não só os entrevistados destacaram esta importância, como os próprios documentos analisados o referem. Este estudo preparatório incide na compreensão de uma panóplia de informação que pode tornar-se relevante em situações críticas, com é o exemplo de gestos, maneirismos, hábitos culturais, normas religiosas e tradições (McDermott, 2001). Podendo responder à **PD1: “Quais os tipos de considerações relativamente à presença de civis numa fase de planeamento para as operações urbanas?”** – Pelo testemunho dos militares entrevistados, são diferentes as tipologias de estudo realizadas nos diferentes países, apesar de assentarem essencialmente em brífingues que contextualizam de uma maneira geral, a população e a ameaça. Foi ainda salientado que, para além da contextualização formal que é dada no contexto laboral, o comandante militar deverá, face à sua disponibilidade, procurar enriquecer-se junto dos mais experientes através de partilha de experiências, uma análise mais profunda sobre o espectro civil onde irá operar.

Foi ainda referido que o último cenário que qualquer militar pretende, é operar no meio de uma população que não é amigável. Os entrevistados não só enaltecem a importância deste estudo prévio e preparatório como referem que a sensibilidade cultural deve ser fomentada a todos os níveis da força que vai operar e que um erro individual pode comprometer toda a força.

Aqui, com este estudo preparatório, poder-se-ia nivelar o *cultural awareness* de cada elemento da força, mas ainda assim, as decisões dependem de fatores pessoais, experiências e emoções (Freitas et al., 2017). É importante também referir que, para além do estudo preparatório, a comunicação com a população local é fundamental para a obtenção de informações relevantes e para a criação de uma relação de confiança mútua, podendo assim ajudar na prevenção de conflitos desnecessários e na resolução pacífica de situações.

Especialmente para o comandante militar, a responsabilidade que advém da sua ação e da ação dos seus homens constitui-se como um stressor. Podem ser variados os fatores que contribuem para o *stress* no comandante, também a alta expectativa de liderança, comando

e responsabilidade pela vida dos seus subordinados, está associado a uma grande carga emocional (Bell, 2020) Verificou-se também a constante necessidade de conseguir equilibrar e reagir com rapidez sob avaliações curtas e imprecisas, podendo levar à hesitação e indecisão, gerando ainda maior *stress*. Os dados apontam ainda que, esta própria incerteza e a ambiguidade nas informações disponíveis constituem-se como fator de *stress* nos comandantes militares.

No que diz respeito à capacidade de gerir e lidar com o stress e tomar decisões em ambientes stressantes, a componente do treino leva a uma direta aquisição de competências técnicas e táticas. Face aos dados obtidos, o treino, torna-se essencial, não só para garantir a agilidade decisiva dos militares em situações de *stress*, mas também para mitigar ao máximo as lacunas que surgem da impossibilidade de replicar as infinitas situações que podem advir do comportamento humano nos diferentes teatros de operações, coincidindo com os estudos de Gamble et al., (2018) e Clemente-Suárez e Robles-Pérez (2013).

Para isso, é necessário recorrer a determinadas ferramentas, como o treino simulado, que permite aproximar o teatro de operações ao treino. Em alguns países, esta, já é uma prática comum, e expande-se além da componente técnica e tática individual e de equipa, fomentando também a resiliência psicológica dos militares. Um exemplo disso é o treino de *Close Quarters Battle (CQB)* com a presença de elementos civis, que se comportam de forma natural e reagem normalmente, mas que limitam a capacidade operativa dos militares, permitindo assim aproximar o treino da realidade. Os entrevistados destacam ainda a importância de fomentar a capacidade de adaptação dos militares a situações imprevisíveis, através do treino de situações inesperadas e fora do contexto habitual, conduzindo assim a uma maior proficiência técnica e tática.

O treino evidenciado pelos entrevistados não passou apenas pelo treino simulado com presença de elementos civis, alguns salientam a importância da utilização de meios tecnológicos que permitam complementar o treino. Estes meios tecnológicos passam pela utilização de instrumentos de realidade virtual e simuladores. Deste modo, é possibilitado, aos militares explorar e vivenciar situações que são difíceis de replicar. Ao simular estes cenários de combate e sujeitar os comandantes a situações stressantes durante o treino, é possível contribuir para o desenvolvimento de habilidades de tomada de decisão sob pressão e por conseguinte, irá conduzir a uma maior resiliência psicológica, levando à redução da ansiedade e aumentar a confiança nas suas próprias capacidades. Por fim, dando resposta à PD4: **“Existe algum tipo de treino que optimize a tomada de decisão considerando as características da esfera das operações urbanas?”** – Os dados levam a constatar que sim,

existe um conjunto de diversos tipos de complementos ao treino operacional que permite aos elementos militares referências internas sobre situações que replicam o real, utilizando o treino com civis, simuladores e meios tecnológicos.

Foi também referenciada a importância de desenvolvimento de características pessoais como a empatia e capacidade comunicativa, que permitem uma maior capacidade de liderança em situações críticas e que possibilitem não só, gerir o próprio *stress*, mas também identificar e gerir o *stress* dos subordinados. Respondendo à PD3: **“Quais são os fatores que levam à preparação dos militares para dar resposta a insurgências imprevistas de civis?”** – A capacidade de resposta a estas situações e as decisões que derivam deste cenário dependem essencialmente da experiência e referências internas que os militares têm com situações idênticas, bem como o estado emocional e características pessoais. O treino, permite aos militares dar resposta a estas situações, e ficarem confortáveis com tais decisões, porém, segundo a maioria dos entrevistados, o treino nem sempre replica o real.

Este conjunto de ferramentas mencionadas para complementar o treino permitem, num contexto controlado e seguro, explorar um maior número de situações, contribuindo assim para uma maior proficiência técnica e tática, uma maior resiliência psicológica e capacidade de resolução de dilemas morais, permitindo superar parte das dificuldades que o CAU apresenta.

CONCLUSÕES

O ato do comando militar em situações de CAU irá sempre passar pela vivência de situações desconfortáveis e stressantes. Cabe ao comandante militar saber identificar, lidar e resolver as mesmas. Relacionado ainda com a tutela que tem sobre os seus subordinados, torna-se particularmente importante a capacidade do líder, dar resposta sob condições de *stress*. O presente RCFTIA salienta essa mesma importância, destacando ainda as complexas condições e limitações que se vivem em reais TO. Não foram só identificadas as limitações que se experienciam, como também foram analisadas possíveis soluções, através do testemunho de militares de diferentes países, como seria possível complementar a formação, de modo que permita uma maior proficiência decisiva sob condições de *stress*. Foi também possível compreender, através das características da amostra que, exércitos de outros países,

transmitem uma maior preocupação na formação dos seus futuros líderes, no que diz respeito ao treino focado no *stress management*.

É possível constatar que o *stress* é algo intrínseco das operações urbanas e afeta cada elemento a todos os níveis de determinada força. Como tal, não será pretendido evitar o *stress*, mas sim saber lidar com o mesmo. São claras as evidências que foram elencadas ao longo do trabalho, em que a experiência e as boas práticas no que diz respeito ao treino, contribuem significativamente para criar uma dimensão extra, levando à resiliência e destreza mental, adaptabilidade e inteligência emocional. Estas características são essenciais no que diz respeito ao exercício do comando em situações sob *stress*. Por outro lado, as características pessoais têm um peso considerável no que concerne ao modo como cada indivíduo lida internamente com os stressores. É notável que, com o treino, algumas dessas características pessoais são desenvolvidas, como é o exemplo da capacidade comunicativa. Ainda assim, existem outras características que são individuais e únicas de cada indivíduo, permitindo assim afirmar que a resposta, ainda que o treino seja semelhante, depende unicamente do elemento que irá tomar a decisão no momento.

Respondendo à questão central desta investigação “**Qual a implicação da presença de civis para o comandante durante a condução de operações urbanas?**” - É evidente que os resultados concorrem para uma clara afirmação que a presença dos civis tem implicações na condução de operações militares em ambiente urbano. A preocupação com os danos colaterais e o constante contacto que os militares têm com civis no decorrer das operações, é uma realidade nos TO atuais, surgindo uma imensidão de stressores que irão conduzir ao *stress* e, por conseguinte, afetar negativamente a capacidade decisiva.

A totalidade dos entrevistados considerou essencial que os militares saibam lidar com o *stress*, conforme evidenciado pelas respostas obtidas, quando questionados sobre a importância desse aspeto. Isso leva a afirmar que, além do treino operacional e tático que atualmente se pratica, é necessário explorar situações indutores de *stress*, para revelar as características internas de cada elemento e aprimorar as suas habilidades de, mesmo sob *stress*, conseguir uma tomada de decisão eficaz.

Por fim, é essencial as consciencializações das instituições militares com o aspeto psicológico, analisando mais profundamente cenários e situações que os militares vivem em reais TO. A pesquisa realizada neste estudo contribui para a compreender e aprimorar este importante aspeto no contexto operações militares, fornecendo uma base sólida para futuras investigações e desenvolvimento de estratégias de treino eficientes.

Limitações e Recomendações Futuras

Como principais limitações, destaca-se a amostra em si, ser caracterizada na sua grande maioria por Oficiais, devendo também enaltecer o papel dos Sargentos nas operações militares. Ainda sobre amostra utilizada para este estudo, sendo ela na grande maioria do sexo masculino, não levou a conclusões e dados distintos do entrevistado feminino, mas não permite a generalização de que os resultados advêm de uma amostra homogênea.

Apesar das limitações referidas, este estudo dá ênfase à necessidade de adaptar o treino militar a cenários próximos do real. Como tal, tornar-se-ia interessante alargar este estudo com novas investigações com uma abordagem mista, com elementos do sexo masculino e feminino e de diferentes nacionalidades. Também uma variável a considerar, poderá passar pela influência do tipo de operações, podendo ser importante diferenciar operações de combate e operações de apoio à paz. Como aplicação prática, os nossos resultados poderão contribuir para a elaboração de um programa de treino para forças nacionais destacadas, onde pudesse existir um *Situational Training Exercise*, com a presença de elementos civis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aires, L. (2015). *Paradigma Qualitativo e práticas de investigação educacional*. Universiade Aberta.
- Andrade, M. M. (2009). *Introdução à metodologia do trabalho científico*. Atlas.
- Bailey, L. (2014). The origin and success of qualitative research. *International Journal of Market Research*, 56(2), 167-185. doi:<http://doi.org/10.2501/IJMR-2014-013>
- Baker, S., Thompson, K., Engelkensen, J., & Huntley, K. (2006). Mapping the values driving organic food choice. *European Journal of Marketing* 38(8), 995-1012. doi:<http://doi.org/10.1108/03090560410539131>
- Barbudo, M. (2013). *Vivências de Militares em Missões Internacionais: O impacto nas relações conjugais*. Dissertação de Mestrado, Mestrado Integrado em Psicologia, Universidade de Lisboa. Lisboa.

- Batista, E. C., Matos, L. A., & Nascimento, A. B. (2017). A entrevista como técnica de Investigação na pesquisa qualitativa. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, 23-38.
- Bazeley, P. (2007). *Qualitative data analysis with NVivo*. Sage Publications.
- Bell, A. M. (2020). Civilians, Urban Warfare and US Doctrine. doi:10.55540/0031-1723,2686
- Bowling, A. (1998). *Research methods in health: Investigating health and health services*. Open University Press.
- Burwell, W. D. (2001). *Logical Evaluation of the Military Decision Making Process*. Obtido de Army command and general staff coll fort leavenworth ks school of advanced military studies: acessado a 1 de março de 2023 em <https://pdfs.semanticscholar.org/cb2a/>
- Campbell, D. J., Hannah, S. T., & Matthews, M. D. (2010). Leadership in Military and Other Dangerous Contexts: Introduction on the Special Topic Issue.
- Cannon-Bowers, A., & Salas, E. (1998). *Making decisions under stress: Implication of individual and team training*. APA Books.
- Casquinha, C. F. (2021). *A Tomada de Decisão em Situações “In Extremis” no Contexto Profissional das Forças Armadas e Forças de Segurança*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa.
- Castilla, F. R. (2020). Liderança militar sob estresse. *Military leadership under stress*, pp. 14, 77-89.
- Coman, G., & Evans, B. (1991). Police studies. *The International review of police studies development*. 14(4), 154-165.
- Commander and Staff Officer Guide. (2011). ATTP 5-0.1. Washington DC: Department of The Army Headquarters.
- Convenções de Genebra Protocolo Adicional I. (1977). *Protocolo I adicional às convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949 relativo à proteção das vítimas dos conflitos armados internacionais*. (acessado a 2 de março de 2023 em www.ministeriopublico.pt)

- Correia, A. (2015). *Operações de Paz e stresse pós-traumático (SPT) em militares portugueses*. Tese de Doutoramento, Departamento de Psicologia e Sociologia, Universidade autónoma de Lisboa.
- Creveld, M. V. (2004). *Supplying War*. Cambridge University Press.
- Cury, B. P., Santos, D. L., Pacheco, F. d., Fernandes, J. M., & Chaves, L. P. (2022). O impacto da síndrome de Burnout na tropa da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). *RC-ESPM 1(3)*, 109-130. doi:<http://doi.org/10.5935/2178-4590.20220004>
- Dalgalarrondo, P. (2008). *Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais*. Artmed.
- Daly, K. J. (2007). *Qualitative methods for family studies & human development*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Day, A. (2001). Chronic and acute stressors among military personnel: Do coping styles buffer their negative impact on health? *Journal of Occupational Health Psychology 6(4)*, 348-360.
- Department of the U.S. Army. (2022). *ATP 3-06 MCTP 12-10B Urban Operations*.
- Deus, S. d., & Reis, R. (2018). O que os olhos não veem: Assistência Humanitária em Conflitos Armados. *Os desafios da política externa em Segurança no Século XXI*, 47-59.
- Deyra, M. (2001). *Direito Internacional Humanitário*. Procuradoria-Geral da República.
- Dixon, D. P., Weeks, M., Boland, R., & Gaskin, J. (2019). In Extremis Leadership: A Study on the Effect in Different Contexts. *American Journal of Management 19(3)*.
- Dixon, D. P., Weeks, M., Boland, R., & Perelli, S. (2016). Making Sense When It Matters Most: An Exploratory Study of Leadership in Extremis. *Journal of Leadership & Organizational Studies*, 1-24.
- Dixon, D., Perelli, S., & Boland, R. J. (2016). Making Sense When It Matters Most: An Exploratory Study of Leadership In Extremis. *Journal of Leadership & Organizational Studies*, 24(3).

- Durhin, N. (2016). Protecting civilians in urban areas: A military perspective on the application of international humanitarian law. *International Review of the Red Cross*, 177-199.
- Espada, C. (2009). *Manual de gestão de stress para empresas*. Depleno Network.
- Etzioni, A. (2014). Rules of Engagement and Abusive Citizens. *PRISM*, 4(4), 86-103.
- Exercito, E. M. (2011). *PDE 3-07-14 Manual de Combate em Áreas Edificadas*. EME.
- Exercito, Estado Maior. (2007). *PDE 5-00 Planeamento Tático e Tomada de Decisão*. EME, Portugal.
- Fee, D. M. (2010). Rules of Engagement and the Obligations of the Strategic Commander. *Strategy Research Project*.
- Fernandes, C. J. (2005). *O Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados: Lições aprendidas e constrangimentos para o Planeamento das Operações Militares*. Trabalho Individual de Longa Duração, Curso de Estado Maior, Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa.
- Fink, G. (2010). *Stress Science : Neuroendocrinology*. Elsevier.
- Freitas, H. M., Andriotti, F. K., Martens, C. D., Pesce, G., & Marcolin, C. B. (2017). Visão Executiva Sobre a Tomada de Decisão Instantânea. *Desenvolvimento em Questão*, pp. 400-449. doi:<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2017.39.400-449>
- Gamble, K. R., Vettel, J. M., J.Patton, D., Eddy, M. D., Davis, F. C., Garcia, J. O., . . . Brooks, J. R. (2018). Different profiles of decision making and physiology under varying levels of stress in trained military personnel. *International Journal of Psychophysiology*. doi:<https://doi.org/10.1016/j.ijpsycho.2018.03.017>
- Gil, A. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Atlas.
- Gok, K., & Atsan, N. (2016). Decision-Making under Stress and its Implications for Managerial Decision-Making: A Review of Literature. *International Journal of Business and Social Research*.
- Grau, L. W., & Kipp, J. W. (1999). Urban Combat: Confronting the Specter. *Military Review*.

- Hayes, B. C. (1989). *Naval Rules of Engagement: Management Tools for Crisis*. *Center of the Study of Soviet International Behaviour*.
- Helmus, T. C., & Glenn, R. W. (2005). *Steeling the Mind - Combat Stress Reaction and Their Implications for Urban Warfare*. RAND.
- Holenweger, M., & Jager, M. K. (2017). *Leadership in Extreme Situations*. Springer.
- Huberman, A. (2022). The Science of Peak Performance - Andrew Huberman | Modern Wisdom Podcast 496 [C. Williamson gravado]. Obtido de https://www.youtube.com/watch?v=31DMZLK_PPs
- Jannis, I. L., & Mann, L. (1977). Decision Making: A psychological analysis of conflict, choice, and commitment & management. *New York: The Free Press*, 27, 197-203.
- Jensen, B. M., Breitenbauch, H., & Valerino, B. (2019). Complex Terrain: Megacities and the changing or urban combat.
- Johansen, M. L., & O'Brien, J. L. (2015). Decision Making in Nursing Practice: A Concept Analysis. *Nursing Forum*.
- Konaev, M. (2019). *The Future of Urban Warfare in age of megacities*. Ifri.
- Kowalski, K., & Vaught, C. (2003). Judgement and decision making under stress: An overview for emergency managers. *International Journal of Emergency Management*, 1(3) 278-289.
- Lafraxo, M. A., Ouadoud, M., & Madhi, Y. E. (2021). Percieved Stress and Coping Strategies among Healthcare Professionals: A Cross-Sectional Observational Study. *iJoe*, 17(9). doi:<https://doi.org/10.3991/ijoe.v17i09.23653>
- Lipp, M. N., & Lipp, L. M. (2019). Proposal of a Four-Phase Stress Model. 10, 1425-1433.
- Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. (2014). *American Psychiatric Assosiation*. Artmed.
- Martins, P. V. (2013). *Personalidade, Stress e Suporte Social nos Comandos em missão no Afeganistão*. Dissertação de mestrado, universidade lusófona de humanidades e tecnologia, Lisboa. Obtido de Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias: <http://hdl.handle.net/10437/5008>

- Mata, C., Machado, S., Moutinho, A., & Alexandra, D. (2016). Estudo PreSBurn: prevalência de síndrome de burnout nos profissionais dos cuidados de saúde primários. *Estudos originais*, 179-186.
- Matthews, M. (2013). *Headstrong: How Psychology is revolutionizing War*. Oxford University Press.
- McEwen, B., & Sapolsky, R. (2006). Stress and Your Health. *The Journal of Clinical Endocrinology & Metabolism*, 91(2). doi:10.1210/jcem.91.2.9994
- Minayo, M. C. (2007). *O Desafio do Conhecimento*. Hucitec.
- Muhammedally, S. (2022). A Primer on Civilian Harm Mitigation in Urban Operations.
- NATO. (2017). NATO Standard ATP-99 Urban Tactics.
- Noy, C. (2008). Sampling Knowledge: The Hermeneutics of Snowball Sampling in Qualitative Research. *international Journal of Social Research Methodology*, 11(4), 327-344. doi:http://doi.org/10.1080/13645570701401305
- Oliveira, D. J. (2020). *Dificuldades do Comandante no Comando e Controlo de uma Unidade Escalão Pelotão no Combate em Ambiente Urbano*. Trabalho de Investigação Aplicada, Mestrado Integrado em Ciências Militares na especialidade de Infantaria, Academia Militar, Lisboa.
- Olsen, O. K. (2010). Are good leaders moral leaders? *The relationship between effective military operational leadership and morals*.
- Patricia L. McDermott, D. A. (2001). *Military Operations in Urban Terrain (MOUT) - Decision Making in Action*.
- Pestana, D. F., Santos, R. P., & Almeida, S. O. (2018). Resiliência, Tomada de Decisão e Motivação. Candidatos à Academia Militar Portuguesa - PAM 2017. *Proelium*, VIII (1), 169-188.
- Quick, J. C., Murphy, L. R., Hurrell, J. J., & Orman, D. (1992). The value of work, the risk of distress, and the power of prevention. *Stress and well-being at work*, 3-13.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de investigação em ciências sociais*. Gradiva.

- Raaijmakers, J. (1990). *Decision making under mental and physical stress, Faculty Report*.
Obtido em 27 de fevereiro de 2023, de Institutional repository of the University of Amsterdam (UvA): <http://hdl.handle.net/11245/2.34113>
- Rainsford, S. (2022). *Guerra na Ucrânia: o 'exército paralelo' que resiste à ocupação russa*.
Obtido de BBC News: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-62345144>
- Raposo, C. M. (2019). *Regras de empenhamento (ROE) nas operações militares. Contributo para a sua caracterização*. Trabalho de Investigação Individual, Curso de promoção a oficial superior, Instituto Universitário Militar, Pedrouços.
- Reinecke, J., Arnold, D. G., & Palazzo, G. (2016). Qualitative methods in business ethics, corporate responsibility, and sustainability research. *Business Ethics Quarterly*, 26(4).
- Ribeiro, J. L. (2010). *Investigação e Avaliação em Psicologia e Saúde*. Placebo.
- Rivolier, J. (1989). Historique et découverte. *Psychologie d'aujourd'hui*, 19-34.
doi:<https://doi.org/10.3917/puf.rivol.1989.01>
- Rodrigues, H. (2022). *A influência da fadiga e do stress na liderança e na coesão grupal no Combate em Ambiente Urbano*. Trabalho de Investigação Aplicada, Mestrado Integrado em Ciências Militares na especialidade de Infantaria, Academia Militar, Lisboa.
- Rodrigues, L. C. (2015). Operações Militares Modernas: Adaptabilidade, um requisito de Liderança. *Revista de Ciências Militares*, 3(2), 281-310.
- Rosado, D. P. (2017). *Elementos Essenciais da Sociologia Geral*. (1.ª Edição) Gradiva.
- Rosinha, A., Matias, L., & M.Souza. (2017). Leadership in Extreme Conditions and Under Severe Stress: Case Study Analysis. Em M. Holenweger, & F. M. Jager, *Leadership in Extreme Situations* (pp. 93-114). Springer.
- Saaty, T. L. (2008). Decision making with the analytic hierarchy process. *International Journal of Services Sciences*, 1(1), 83-98.
- Salazar, M. L., & Gómez, H. R. (2011). Toma de Decisiones, Desarrollo de competencias profesionales e través de la evaluación participativa y la simulación utilizando herramientas web. *Proyecto DevalSimweb*, 3.

- Santos, L. A., Garcia, F. M., Monteiro, F. T., Lima, J. M., Silva, N. M., Silva, J. C., . . . Afonso, C. F. (janeiro de 2016). *Orientações Metodológicas para Trabalhos de Investigação*. Lisboa: IUM.
- Santos, M. J., Jesus, S. d., Tupinambá, M. R., & Brito, W. F. (2018). Percepção de policiais militares em relação ao estresse ocupacional. *Revista Humanidades* , 7(2).
- Seaward, B. L. (2018). *Managing Stress*. Jones & Bartlett Learning.
- Selye, H. (1946). The general adaptation syndrome and the diseases of adaptation. *The Journal of Allergy*, 231.
- Serra, A. V. (2007). *O Stress na vida de todos os dias*. Adriano Vaz Serra.
- Shortland, D. N., Alison, J. I., & Morant, J. (2019). Conflict: How soldiers make impossible decisions . *Oxford University Press*.
- Shortland, N., Alison, L. J., & Swan, L. (2020). Choice and consequence: A naturalistic analysis of least-word decision-making in critical incidents. *Memory & Cognition*.
- Shortland, N., Alison, L., & Barrett-Pink, C. (2018). Military (in)decision-making process: a psychological framework to examine decision inertia in military operations. *Theoretical Issues in Ergonomics Science*, 19(6), 752-772. doi:<https://doi.org/10.1080/1463922X.2018.1497726>
- Shortland, N., Alison, L., & Thompson, L. (2020). Military maximizers: Examining the effect of individual differences in maximization on military decision-making. *Elsevier*.
- Shortland, N., Thomson, L., & Alison, L. (2020). Police Perfection: Examining the Effect of the Trait Maximization on Police Decision-Making. *Front. Psychol* 11:1817. doi:10.3389/fpsyg.2020.01817
- Siddiqui, M. H. (2021). *Stress - Concept, Meaning and Management*. Concept.
- Simon, H. A. (1977). *The new science of management decision*. Harper & Brothers.
- Sinek, S. (2022). *Os Líderes comem por último*. LuadePapel.
- Sohail, M., & Rehman, C. A. (2015). Stress and Health at the Workplace-A Review of the Literature. *Journal of Business Study Quarterly* , 6(3).

- Stahn, C. (2006). “Jus ad bellum”, ”jus in bello”...”just post bellum”? - Rethinking the Conception of the Law of Armed Force., *Europena Journal of Interntional Law*, 17, 921-943.
- Starcke, K., & Brand, M. (2012). Decision Making under stress: A selective review. *Neuroscience and Biobehavioral Review* , 36(1) 1223-1249.
- Stubbings, L., Chaboyer, W., & McMurray, A. (2012). Nurses’ use of situation awareness in decision-making: An integrative review. *Journal of Advanced Nursing*, , 68(7), 1443-1453.
- Thompson, M. M., Hendriks, T., & Blais, A.-R. (2017). Military Ethical Decision Making: The Effects of Option Choice and Perspective Taking on Moral Decision-Making Processes and Intentions. doi:10.1080/10508422.2017.1372200
- United Nations. (2018). World Urbanization Prospects: The 2018 Revision.
- United Nations. (2020). Obtido de Nações Unidas - Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental: <https://unric.org/pt/republica-centro-africana-o-conflito-silencioso-no-coracao-de-africa/>
- Vicente J. Clemente-Suárez, J. J.-P. (2013). Psycho-physiological response of soldiers in urban combat. *Anales de Psicologia*, 29(2), 598-603. Obtido de <http://dx.doi.org/10.6018/analesps.29.2.150691>
- Vicente, J. P. (2013). A Transformação qualitativa da Interferência Humana na Conduta da Guerra. *Coleção Meira Matos*, 201-2010.
- Vilhena, C. P. (2005). *Resiliência em Contexto Militar*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Porto.
- Willink, J., & Babin, L. (2019). *Extreme Ownership - How U.S. Navy Seals Lead and Win*. LuadePapel.
- World Health Organization. (2018). *The ICD-11 Classification of Mental and Behavioural Disorders*. Geneva.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Sistema Hierárquico de Categorias

CATEGORIAS	FONTES	REFERÊNCIAS
Aquisição de competências técnicas e táticas	19	122
Efeitos na tomada de decisão	15	18
Vantagens	15	17
Desvantagens	1	1
Meios Tecnológicos	11	14
Vantagens	12	15
Desvantagens	0	0
Proficiência técnica e tática	16	32
Vantagens	16	32
Desvantagens	0	0
Resolução de dilemas morais	14	29
Vantagens	14	29
Desvantagens	0	0
Treino Simulado	18	37
Vantagens	18	36
Desvantagens	1	1
Descrição do CAU	19	239
Contacto com civis	19	122
Escudo de proteção	8	13
Factos sobre civis (factos e evidências sobre civis que impactam nos militares)	16	31
Fator alarmante	15	34
Perceção da ameaça (a dificuldade de identificar com precisão qual é a ameaça)	17	51
Stress	16	52
Dever moral	3	5
Situações indutoras de stress (relatos de situações que induzem os militares em stress)	16	47
Tomada de decisão	17	98
Fatores de influência	17	78
Fatores legais	16	55
Normas morais	14	27
Stress na tomada de decisão (relatos de que o stress impactua na tomada de decisões)	13	23
Estudo sobre a população	17	46
Costumes	14	16

Outros	14	26
Religião	8	9
Tradições	6	6
Treino Operacional	16	69
Características Interpessoais	13	29
Resiliência psicológica	10	27
Tático e técnico	10	15

APÊNDICE B - Declaração de Consentimento Informado

Título do Estudo: A implicação de fatores civis na tomada de decisão sob stress em Ambiente Urbano

Investigador responsável: Aspirante de Infantaria Daniel Cucu

E-mail: cucu.d@exercito.pt

Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria Comando Renato Pessoa dos Santos

Eu, abaixo-assinado declaro que:

- a) Fui informado de que a presente investigação se destina à realização de um Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) no âmbito da liderança militar sendo necessária a recolha de informação de militares com experiência em teatro de operações;
- b) Para tal, está prevista a realização de uma entrevista com uma duração de 1h a 1h30;
- c) Será solicitado que participe oportunamente, partilhando o ponto de vista;
- d) Foi-me garantido, no que diz respeito à confidencialidade dos meus dados, que a identificação dos participantes neste estudo será mantida em anonimato;
- e) Sei que a qualquer momento me posso recusar a participar ou a interromper a participação no presente estudo, sem nenhum tipo de penalização ou repercussão;
- f) Compreendi a informação suprarreferida e tive oportunidade de esclarecer todas as minhas dúvidas.

Aceito participar de livre vontade no estudo acima mencionado.

Também autorizo a divulgação dos resultados obtidos no meio científico, garantindo o anonimato.

Assinatura do Investigador

Assinatura do Participante

Data: 1/3/2023

APÊNDICE C - Guião de entrevista semiestruturada

Tema: A implicação de fatores civis na tomada de decisão sob stress em Ambiente Urbano

Objetivos gerais:

- Evidenciar as principais sensações/preocupações no CAU;
- Analisar relatos em primeira pessoa de experiências vividas no CAU;
- Compreender quais os fatores civis que induzem em stress;
- Compreender se o stress tem implicações na tomada de decisão;
- Avaliar e analisar a necessidade de implementação futura de treinos indutores de stress.

Blocos	Objetivos	Questões orientadoras	Obsv.
(A)	Solicitar autorização para a gravação da entrevista	Pedir permissão para gravação áudio. Apresentação do entrevistador	Cerca de 1h de duração
Legitimação da entrevista	Explicar os objetivos da entrevista	Fornecer ao entrevistado informação sobre objetivos da entrevista -Enquadramento (ser um TIA) -Objetivos -Finalidade -Duração e conteúdo da entrevista	
Questões éticas	Assegurar o anonimato e a confidencialidade da entrevista	Aspetos Deontológicos -Agradecer a sua colaboração -Garantir a confidencialidade e o anonimato -Informar o entrevistado sobre o direito à não resposta	

<p style="text-align: center;">(B)</p> <p style="text-align: center;">Questões gerais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Descrever experiências de treino/missões internacionais • Caracterizar o CAU. 	<ul style="list-style-type: none"> • Tem alguma formação específica em CAU? Se sim, nessas formações tinham como indutores de stress a existência de civis? • Tem missões internacionais? Se sim, quais os indutores de stress que vivenciou? • Como descreve o CAU a nível geral? • Como descreve o CAU no que diz respeito às tomadas de decisão sob stress? • O combate multidimensional, as suas características e a constante necessidade de estar alerta é por si só inquietante e stressante? 	
<p style="text-align: center;">(C)</p> <p style="text-align: center;">A presença de civis em CAU</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo preparatório • A sua imprevisibilidade • Distinguir e compreender intenções por parte dos civis 	<ul style="list-style-type: none"> • Existe um estudo preparatório sobre a população local, bem como costumes, religião, tradições? • Ainda que operem em comunidades amigas e ambientes não hostis, existe relatos de civis que se constituem como fator alarmante para os militares? • Considera difícil por vezes perceber a verdadeira intenção de civis? 	

	<ul style="list-style-type: none"> • O ‘civil’ rebelde 	<ul style="list-style-type: none"> • Distinguir as intenções do comportamento civil, cumprir com as ROE e ao mesmo tempo com valores morais é um fator stressante? • Existe relatos de civis que poderão operar conjuntamente com forças inimigas? • Qual a influencia de civis como “escudo de proteção”, para ambos os lados do conflito? • Qualquer ação com civis pode ameaçar a percepção de “neutralidade” que a assistência humanitária procura fomentar, por exemplo? • “sensibilidade cultural, consciência da presença dos media, competências de mediação, competência linguística, domínio de armas e sensores sofisticados e capacidade para operações em pequenos grupos” são requisitos fundamentais para responder a situações com presenças de civis? Porquê? 	
(E)	<ul style="list-style-type: none"> • Tutela & Responsabilidade 	<ul style="list-style-type: none"> • O sentimento de dever moral para com civis, para aqueles que comandam é por si só, um incitador de stress? 	

<p>Dificuldades sentidas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Saber gerir & ensinar/aprender gerir • Stress constante • O aparecimento civil em operações/relação com o estado de stress 	<ul style="list-style-type: none"> • ‘<i>Comando partilhado</i>’ – O papel de militares mais experientes são uma ajuda com questões de stress e de âmbito civil? • Nas projeções, é frequente o aparecimento de situações/condições para as quais não contavam? • Considera mais stressantes situações em que os civis não colaboravam? Já viveu situações destas? Como foi a resposta para ultrapassar estas situação? • nas ações em TO que envolvam civis, a idade e o sexo (exemplo, crianças pequenas, idosos, mulheres, ...) dos dos mesmos influenciam as tomadas de decisão?” 	
<p>(F) Preparação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de treino • Vantagens de treino com ‘civis’ 	<ul style="list-style-type: none"> • Alguma vez experienciou algum tipo de simulador de treino de CAU com existência de civis? Se sim o stress afetou a capacidade de decisão durante esse treino? Considera vantajoso treinar essas situações? • Considera vantajoso os treinos CAU estarem preparados com questões civis que incitem os militares sob ainda mais desconforto/stress? 	

		<ul style="list-style-type: none"> • É importante educar/formar os militares na construção do caráter, isto é, prepararem-se para confrontar “os dilemas morais” que possam surgir no TO? Porquê? • É importante o treino que promove o crescimento da proficiência técnica e tática e resistência mental e física para situações com presenças de civis? • Faz sentido partilhar exemplos de boas lideranças para inspirar os militares que partem para os TO a terem altos padrões de liderança em combate, em situações com presenças de civis? 	
Questões finais	Questionar o entrevistado no sentido de saber se pretende colocar questões ou de referir algo pertinente para o estudo.	“Da sua experiência, que conselhos pode dar a jovens comandantes, para situações no TO que envolvam presenças de civis?”	
Agradecimento	Agradecer novamente a colaboração Informar a transcrição da entrevista para validação (se necessário)		

APÊNDICE D - Questionário Sociodemográfico

A implicação de fatores civis na tomada de decisão sob stress em ambiente urbano

Consentimento Informado e Questionário Sociodemográfico

O presente estudo enquadra-se nos trabalhos de investigação aplicada da Academia Militar para o grau de Mestre.

O preenchimento do questionário demora apenas cerca de 10 minutos.

Investigador principal: Aspirante de Infantaria Daniel Cucu

Orientadores: Tenente-Coronel de Infantaria Renato Pessoa dos Santos e Major de Artilharia Carlos Casquinha

Muito obrigado pela sua colaboração!

Para qualquer questão e ordem técnica ou científica, por favor contacte: cucu.d@exercito.pt

1. Tendo em conhecimento que: *

- a) Irei ser entrevistado (individualmente ou em conjunto - focus group) [I will be interviewed either individually or in group]
- b) O objectivo da presente investigação é compreender o impacto na tomada de decisão da presença de civis no combate em ambiente urbano. [The main goal is to understand how can civilian behavior impact stress and decision-making process]
- c) Sou livre de não participar, em qualquer momento, se for esse o meu desejo. [I am willing to no longer participate, if that is my wish]
- d) Sei que a minha participação é gratuita, não tendo qualquer custo económico para mim. [No economic cost participation]
- e) As minhas respostas são anónimas e confidenciais, sendo apenas do conhecimento dos investigadores. [My answers are anonymous]
- f) O meu nome ou qualquer outra forma de identificação não será, em momento algum, associado ao questionário. [I will never be identified on this questionnaire]
- g) Todos os dados serão tratados em conjunto, e nunca a título individual. [All my data will be processed as a whole and never individually]
- h) Os dados deste estudo serão utilizados para fins de investigação científica. [The data obtained from this questionnaire will directly contribute to a academic research]

Depois de conhecer as condições do estudo, aceito participar voluntariamente [After knowing the conditions of the study I accept to participate voluntarily]

Dados Sociodemográficos

2. País/Country*

3. Sexo/Sex *

Masculino/Masculine

Feminino/Feminine

4. Idade/Age *

5. Categoria/Posto/Rank *

6. Quantidade de missões internacionais realizadas/Number of international missions. *

0

1

2

+3

7. Caso tenha participado em missões, por favor indique o(s) Teatro(s) de Operações / In what theater(s) of operation(s) were you in?

8. Alguma vez lhe foi ministrado algum treino para lidar/gerir o stress? / Do you have any type of stress management course or training? *

Sim

Não

9. Se respondeu 'sim' na última, qual o tipo de treino realizado? / If 'yes' was your previous answer, what type of training was it?

10. Quão importante considera o treino dos militares para lidar com stress? / How relevant, * in your opinion, is the stress management training for military personnel?

Nada Relevante/Not Relevant

1

2

3

4

5

Totalmente relevante/ Very relevant
